

Gestão Cultural:

Cultura, Desenvolvimento e Mercado

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Gestão Cultural:

Cultura, Desenvolvimento e Mercado

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Gestão cultural: cultura, desenvolvimento e mercado

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atilio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G393 Gestão cultural: cultura, desenvolvimento e mercado /
Organizador Fabiano Eloy Atilio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-766-6

DOI 10.22533/at.ed.666211702

1. Cultura. 2. Gestão cultural. I. Batista, Fabiano Eloy
Atilio (Organizador). II. Título.

CDD 306

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A obra **‘Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado’**, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, buscou reunir estudos de áreas diversas que refletem sobre as questões culturais em diversos níveis e contextos, sobretudo no Brasil. Nesse sentido, pensar a gestão cultural passa a ser, em certo modo, um elemento primordial da atividade governamental, bem como para o progresso social, trazendo, por finalidade, a melhoria no desempenho das instituições públicas e privadas ligadas com a vida cultural de determinado contexto.

No primeiro capítulo, de autoria de **Caroline dos Reis Lodi, intitulado como ‘Tutela do patrimônio cultural: os modelos brasileiro e italiano’**, podemos apreciar, a partir de um contraponto entre Brasil e Itália, de que forma a tutela do patrimônio cultural se manifesta nas leis e nas instituições, revelando, por finalidade, pontos de convergência, avanços e retrocessos sobre as instâncias patrimoniais em ambos os países.

Compondo o segundo capítulo, temos o trabalho, de caráter historiográfico, intitulado **‘O tempo, o trabalho e o divertimento: entre a convivência e as proibições na segunda freguesia de Pedro II na Cuiabá do século XIX’**, de autoria de Jhucyrllene Campos dos Santos Rodrigues. Neste capítulo é apresentado o enredo social de divertimentos, dramas e conflitos amorosos e financeiros na região portuária conhecida como Freguesia de Pedro II na Cuiabá do século XIX.

“A rainha e o tambor: elementos fundantes das religiões de matriz africana na escola”, de autoria de Patrícia Pereira de Matos, compõe nosso terceiro capítulo que busca, por meio do canto, do conto e da oralidade, resgatar e enaltecer a cultura negra e as religiões de matrizes africanas que foram [e ainda são] estigmatizadas e silenciadas em nossa sociedade. Portanto, brilhantemente, a autora busca discorrer, criticamente, sobre questões acerca da importância do tambor para fomentar e manter as tradições da diáspora negra no ambiente escolar.

Por fim, no capítulo que encerra essa coletânea temos o manuscrito intitulado **‘Política desenvolvimentista para a produção cinematográfica independente no Brasil e seu impacto na autonomia criativa: um balanço desde a retomada’**, de autoria de Ellen Barbosa Abreu. As discussões apresentadas buscam apresentar análises dos dados econômicos do cinema brasileiro desde o início da década 1990, buscando verificar a efetividade da Política Nacional do Cinema (PNC) através da análise do impacto que os recursos de fomento e incentivo possam ter gerado no setor sob o prisma desenvolvimentista, e a interferência acarretada por esse sistema na autonomia criativa e estética dos filmes independentes.

Deste modo, a obra '**Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado**' apresenta, a partir de uma abordagem crítica ao longo de seus capítulos, uma ampla e densa investigação teórica e metodológica fundamentada em resultados de pesquisas desenvolvidas por professores e professoras que com afinco desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de forma concisa e didática, com a finalidade, de aproximar os leitores com esse universo da gestão cultural.

A todos e todas, uma excelente leitura!

Fabiano Eloy Atilio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: OS MODELOS BRASILEIRO E ITALIANO	
<i>Caroline dos Reis Lodi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6662117021	
CAPÍTULO 2	14
O TEMPO, O TRABALHO E O DIVERTIMENTO: ENTRE A CONVIVÊNCIA E AS PROIBIÇÕES NA SEGUNDA FREGUESIA DE PEDRO II NA CUIABÁ DO SÉCULO XIX	
<i>Jhucyrllene Campos dos Santos Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6662117022	
CAPÍTULO 3	37
A RAINHA E O TAMBOR: ELEMENTOS FUNDANTES DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA ESCOLA	
<i>Patrícia Pereira de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6662117023	
CAPÍTULO 4	46
POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA PARA A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA INDEPENDENTE NO BRASIL E SEU IMPACTO NA AUTONOMIA CRIATIVA: UM BALANÇO DESDE A RETOMADA	
<i>Ellen Barbosa Abreu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6662117024	
SOBRE O ORGANIZADOR	57
ÍNDICE REMISSIVO	58

CAPÍTULO 1

TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: OS MODELOS BRASILEIRO E ITALIANO

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 05/11/2020

Caroline dos Reis Lodi

Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial –
IPHAN
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/3119882385812793>

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de apresentar, resumidamente, de que forma a tutela do patrimônio cultural se manifesta nas leis e nas instituições competentes no Brasil e na Itália, revelando similitudes, avanços e retrocessos. A Itália se consolidou por alguns anos como país com o maior número de sítios classificados pela UNESCO como Patrimônio Mundial. Além disso, é indiscutível o enorme fluxo turístico atraído pela península anualmente. Tais fatos, somados à sua reconhecida excelência na pesquisa e na condução de trabalhos de conservação e restauro, fundamentam a escolha desse país como elemento de confronto. Considerando o período pós-Unificação Italiana, a primeira lei de tutela de patrimônio monumental naquele país data de 1902. No caso do Brasil, a lei que regulamenta a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi decretada em 30 de novembro de 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. Ao longo dos anos, temos numerosos complementos e atualizações em ambas as legislações. Já no campo institucional, vemos diferentes desdobramentos na aplicação das leis. Acredita-se que esta pequena sistematização

comparada pode favorecer a identificação de fragilidades e imperfeições que, seguindo vontades políticas, poderão ser ajustadas.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação de bens culturais, instituições de tutela, *soft power*.

PROTECTION OF CULTURAL HERITAGE: THE BRAZILIAN AND ITALIAN MODELS

ABSTRACT: The present work aims to present, briefly, how the protection of cultural heritage is manifested in the laws and competent institutions in Brazil and Italy, revealing similarities, advances and setbacks. Italy consolidated itself for some years as the country with the highest number of UNESCO World Heritage sites. In addition, it is indisputable the enormous tourist flow attracted by the peninsula annually. These facts, together with their recognized excellence in research and in conducting conservation and restoration work, support the choice of this country as an element of confrontation. Considering the post-Italian Unification period, the first law for protection of monumental heritage in that country dates from 1902. In the case of Brazil, the law regulating the protection of the national historical and artistic heritage was enacted on November 30, 1937 during the government of Getúlio Vargas. Over the years, we have numerous additions and updates in both legislations. In the institutional field, we see different developments in the application of the laws. It is believed that this small comparative systematization may favor the identification of weaknesses and imperfections that, following political wills, can be adjusted.

KEYWORDS: Cultural property legislation, heritage protection institutions, *soft power*.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a exposição, em linhas gerais, da história das legislações brasileira e italiana no que concerne a proteção de bens culturais, comparando o modo como cada norma define e abrange o tema da tutela, seus desdobramentos no campo das instituições e seus possíveis avanços e retrocessos.

A escolha da Itália como elemento comparativo se justifica pelo fato de ter se consolidado, por alguns anos, como país com maior número de sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. No ano de 2019, no entanto, a Itália perdeu seu primado e encontra-se ao lado da China, com 55 inscrições, enquanto o Brasil tem 22 sítios, culturais, naturais e mistos¹. Também é notória a procura da península pelos turistas como destino, ocupando o 5º lugar no ranking mundial da *World Tourism Organization* (o Brasil está em 45º)². Além disso, a *expertise* italiana no campo do restauro, com nomes como o de Cesare Brandi e de seu Instituto Superior para a Conservação e o Restauro (ISCR), é reconhecida internacionalmente. Esses são apenas alguns exemplos de como a Itália instrumentaliza seu *soft power* de forma a conquistar benefícios econômicos e inserção internacional.

Entendido como a habilidade de influenciar no cenário político externo por meio de recursos não coercitivos [NYE Jr., 2004, pp. 5-9], o *soft power* pode ser exercido por meio de instituições, de políticas públicas e do aparato cultural. Recentemente, vem sendo medido de forma a criar listas de classificação dos países com maior influência. A empresa de consultoria *Portland*, por exemplo, criou o *ranking Soft Power 30*, em parceria com a Universidade do Sul da Califórnia – uma referência nos estudos de Diplomacia Pública. O primeiro relatório foi elaborado em 2015, a partir do cruzamento de seis dados objetivos (sistema de governo, infraestrutura digital, alcance global da cultura, atratividade das empresas, força da rede diplomática e nível do capital humano) com sete dados subjetivos (gastronomia, tecnologia, simpatia do povo, cultura, produtos de luxo, política externa e habitabilidade). Os dados subjetivos foram obtidos por meio de pesquisa direcionada a um público total de 11.000 pessoas nos países mais representativos no cenário internacional. As perguntas baseiam-se na preferência que o público internacional manifesta sobre um determinado aspecto de outro país, como a cozinha, a receptividade aos turistas, o desejo de visitar ou estudar ali, a contribuição para a cultura global, dentre outros. Todos os indicadores foram selecionados com base na literatura existente sobre *soft power*.³ No último relatório, organizado em 2018, o Brasil aparece em 29º lugar e a Itália em 12º.

O patrimônio cultural tem importância na avaliação do *soft power* desde que a conservação e o fomento de bens de valor simbólico podem tornar determinada cultura

1. Atualmente (2019), a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO conta com 1.121 sítios, distribuídos por 167 Estados Partes. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

2. O índice *IndexMundi* reúne estatísticas sobre diversos temas com base em múltiplas fontes. A estatística sobre o Turismo Internacional utilizou dados da UNWTO. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/facts/indicators/ST.INT.ARVL/rankings>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

3. Para mais informações sobre a metodologia do ranking *Soft Power 30*, ver o *Report 2015*. Appendix A. pp. 46-48.

relevante para outras sociedades. Tal potencialidade, gerida de maneira eficiente, contribui para a imagem do país, bem como proporciona influência política e atração de recursos materiais por meio do turismo. Segundo o *Creative Economy Report da United Nations Conference on Trade and Development*,

Cultural heritage comprises the vestiges of our society. Heritage sites are relics of ancient civilizations, over the years considered as cultural patrimony of mankind and the heritage of nations. In addition to their cultural and historic value, such unique endowments contribute to reinforcing our identities and broadening our education. Heritage sites are the main attractions in cultural tourism all over the world. For some countries, these sites are major sources of revenue. [UNCTAD, 2008, p. 114]

Em termos de legislação, considerando o período pós-Unificação Italiana, a primeira lei de tutela de patrimônio monumental naquele país data de 1902. Passando por Mussolini e pela formação da República, temos numerosos complementos e atualizações na legislação, culminando no Código dos Bens Culturais e da Paisagem, de 2004.

No caso do Brasil, a lei que regulamenta a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi decretada em 30 de novembro de 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. Também aqui a normativa se aperfeiçoou ao longo de pouco mais de oito décadas e é digna de nota a pronta inclusão das Convenções e Recomendações Internacionais pelo Brasil. Porém, não possuímos ainda um código específico que reúna todos os preceitos em matéria de bens culturais.

Partindo do pressuposto de que a norma é agente organizador e impulsionador da proteção e da valorização dos bens e atividades culturais e considerando a relevância do país europeu, como já explicitado anteriormente, para o tema em questão, entende-se que um estudo comparado com a normativa brasileira para o setor de patrimônio cultural pode contribuir para o entendimento de diferentes mecanismos de proteção, valorização e, também, para a avaliação das vantagens e desvantagens de cada modelo.

2 | AS LEGISLAÇÕES

No período pré-unificação, as primeiras formas de proteção se concentravam principalmente no Estado da Igreja (na época compreendia toda a região do Lazio, Umbria, Marche e parte da Emilia-Romagna). Essas normas (bulas papais), iniciadas no século XV, eram voltadas à regulação das atividades de escavação arqueológica e à restrição da apropriação indébita dos artefatos encontrados.

O mais importante documento desse período foi o Édito Pacca, de 1820, pois abrangia o tema da tutela de forma ampla, estabelecendo princípios de catalogação e órgãos de controle. Ao longo do século XIX, o édito elaborado pelo Cardeal Bartolomeo Pacca serviu de modelo para outros estados italianos como o Reino de Nápoles (1822) e o Grão-Ducado da Toscana (1854), os quais manifestaram sensibilidade ao problema devido às escavações de Pompéia e Herculano e às obras de arte da Renascença [COSI, 2008].

Com a unificação dos Estados Italianos, completada em 1871, o problema da proteção do patrimônio cultural teve expressão ínfima em termos normativos durante pouco mais de três décadas. Em 1902, a Itália instituiu sua primeira lei de tutela com a *Legge Nasi*, ou Lei sobre a Conservação dos Monumentos e dos Objetos de Antiguidade e Arte, a qual apresentava aspectos inovadores para a época e que continuam atuais, como o direito de preferência do Estado na compra de bens protegidos e a regulamentação de edificações do entorno de bens protegidos. Diversos autores sustentam que a Lei Nasi não foi muito eficaz, principalmente no que tange à proposta de elaboração de um catálogo, tarefa considerada muito difícil numa época carente de recursos tecnológicos e diante da complexidade dos bens a serem catalogados [CASTEL LENTINI, 2006]. No ano seguinte, a Lei n. 242 tratou da proibição da exportação desses bens. Já em 1904, o Decreto Régio n. 431 aprovou o regulamento para a execução dessas leis. Nesse documento tem origem o estabelecimento das Superintendências como órgãos periféricos de controle no território nacional. O sistema vigente de organização das Superintendências dentro do Ministério para os Bens e Atividades Culturais e para o Turismo (MiBACT) é assunto que será abordado posteriormente.

Em 1909, foi emanada a Lei n. 364, ou Lei Rava-Rosadi, “Que Estabelece e Fixa Normas para a Inalienabilidade das Antiguidades e das Belas Artes”. Como elementos de destaque, essa lei ampliou o âmbito da tutela, não mais restrito aos monumentos de modo genérico, mas abrangendo “as coisas imóveis e móveis que tenham interesse histórico, arqueológico, paleoetnológico, paleontológico ou artístico”⁴, incluindo entre as “coisas móveis” os manuscritos, incunábulos e objetos de interesse numismático. Também vale ressaltar a limitação da propriedade privada de bens tutelados em caso de exportação e a instituição da “notificação” como forma de oficializar a inclusão de um bem na lista de proteção.

O patrimônio ambiental recebeu particular atenção na Lei n. 778 de 1922, a qual declarava proteção especial a esses bens devido às suas belezas natural e panorâmica. Quando situado em propriedade particular, o proprietário era notificado a respeito do interesse público. Sendo assim, toda e qualquer obra que pudesse alterar a configuração do bem deveria ser autorizada pelo Ministério da Instrução Pública, sob pena de incidir em multa [ITÁLIA, 1922].

Uma considerável reforma normativa em termos de proteção ao patrimônio cultural e ambiental se deu no período do Fascismo, precisamente no ano de 1939. A reforma, proposta pelo então Ministro da Educação Nacional, Giuseppe Bottai, tem como leis principais a n. 1089, sobre a “tutela dos bens de interesse histórico e artístico”, e a n. 1497, que trata da “proteção das belezas naturais”. Bottai defendia a importância da cultura como

4. No original: “Art. 1: Sono soggette alle disposizioni della presente legge le cose immobili e mobili che abbiano interesse storico, archeologico, paleontologico o artistico. Ne sono esclusi gli edifici e gli oggetti d’arte di autori viventi o la cui esecuzione non risalga ad oltre cinquant’anni. Tra le cose mobili sono pure compresi i codici, gli antichi manoscritti, gli incunabuli, le stampe e incisioni rare e di pregio e le cose d’interesse numismatico.”

instrumento indispensável de educação e de construção da identidade de um povo. Além de abordar de forma inovadora a questão da valorização dos bens culturais, a reforma fez uma releitura de toda a matéria já tratada pela regulamentação precedente, passando a contemplar as diversas atividades culturais (teatro, ópera, cinema), os arquivos de Estado, o direito de autor, o urbanismo, a organização administrativa e os procedimentos de restauro. Nesse sentido, vale destacar a Lei n. 1240 de 1939, a qual criou o *Regio Istituto Centrale del Restauro* (hoje *Istituto Superiore per la Conservazione ed il Restauro - ISCR*). Projeto de Giulio Carlo Argan e de Cesare Brandi, o instituto foi inaugurado em 1941, com os objetivos de estabelecer bases científicas e de unificar em nível nacional as metodologias de restauro de obras de arte e de objetos arqueológicos⁵. Com sedes em Roma e em Matera, o ISCR é um órgão técnico do governo italiano, ligado ao atual MiBACT e é uma referência no campo do restauro.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Itália assumiu a forma de governo republicana e aprovou, em 1947, sua Constituição. Em vigor desde o ano seguinte, a Carta Constitucional estabelece em seu artigo n° 9 que: “A República promove o desenvolvimento da cultura e a pesquisa científica e técnica. Protege a paisagem e o patrimônio histórico e artístico da Nação” [ITÁLIA, 1948]. Dessa forma, é afirmada a ligação entre patrimônio cultural e ambiental e o Estado passa a ter como dever a garantia de fruição pela coletividade, dando prioridade ao público interesse e não mais limitando-se ao problema meramente conservativo [CASTEL LENTINI, 2006]. Já no artigo n° 117, a Constituição descentraliza para as Regiões a temática da valorização e da promoção dos bens e atividades culturais, permanecendo com o Estado a função pública de tutela. Cumpre destacar que, antes da Unificação, a lei fundamental da Itália era o Estatuto Albertino, firmado pelo rei Carlos Alberto de Sabóia. O documento, que permaneceu em vigor de 1848 a 1948, não mencionava a temática do patrimônio cultural.

No Brasil, não obstante o primeiro registro de iniciativas no sentido de salvaguardar os monumentos históricos datar de meados do século XVIII [FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980], a primeira ação oficial se deu com o Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933, o qual instituiu a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. Com isso, tornou-se premente a criação de um órgão que fiscalizasse as edificações de valor histórico e artístico, bem como o controle do comércio de antiguidades e objetos de arte. Tal ente – denominado Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) – foi criado pelo Decreto 24.735 de 14 de julho de 1934 e funcionou no Museu Histórico Nacional até 1937, quando se criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por meio da Lei n° 378 daquele ano [MAGALHÃES, 2015].

Além da IMN, o ano de 1934 também inaugurou a temática do patrimônio histórico e artístico na Carta Constitucional. Seu 148° artigo preconizava:

5. Informações disponíveis no *website* do Instituto: <<http://www.icr.beniculturali.it/home.cfm>>.

Art. 148 – Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.⁶

Em 1937, no início do regime político do Estado Novo, foi homologado o Decreto-Lei nº 25, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” e permanece em vigor. Seu artigo 1º define como patrimônio os bens móveis e imóveis com excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, além de incluir os monumentos naturais, sítios e paisagens.

A Constituição Federal de 1988 define de forma ampla o patrimônio cultural brasileiro no art. 216, contemplando bens de natureza material e imaterial. A Constituição Italiana, sempre aquela de 1948, não o define. Nesse país, o conceito foi delineado ao longo do tempo nas leis de proteção.

3 | A CODIFICAÇÃO DAS LEIS

Durante sessenta anos, as chamadas Leis Bottai (1939) permaneceram como o alicerce da proteção dos bens culturais na Itália. Dessa forma, a matéria legislativa sobre o assunto se manteve quase inalterada. Em 1999, o Decreto Legislativo nº 490 – Texto Único das disposições legislativas referentes aos Bens Culturais e Ambientais⁷ – deu nova configuração à normativa do setor, compilando e reorganizando todas as leis nacionais vigentes até então e incluindo, também, as convenções internacionais e os regulamentos e diretrizes da União Europeia. No Texto Único, o conceito de bens culturais adotado compreende qualquer bem, móvel ou imóvel, que seja “testemunho de valor para a civilização”.⁸

A necessidade de adequar o Texto Único às modificações realizadas na Constituição Italiana conduziu à elaboração do Código dos Bens Culturais e da Paisagem, no ano de 2004.⁹ O Código faz inovações na matéria, tais como: submete rigorosamente o planejamento urbano ao paisagístico; introduz uma nova relação entre o Estado e o cidadão (diminui o peso estatal das Leis Bottai); aceita a alienabilidade de bens em casos específicos etc. O Código trata a proteção do patrimônio cultural italiano de forma sistemática e harmônica, contribuindo para uma maior eficiência e rapidez na resolução de problemas e conflitos pertinentes à área.

6. BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

7. Decreto Legislativo n. 490 de 1999: *Testo Unico delle disposizioni legislative in materia di beni culturali e ambientali*. In: GAZZETTA UFFICIALE DELLA REPUBBLICA ITALIANA. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=1999-12-27&atto.codiceRedazionale=099G0542&elenco30giorni=false>. Acesso em: 09 set. 2019.

8. Esse conceito de bens culturais foi elaborado no Artigo 148 do Decreto Legislativo nº 112 de 1998, o qual trata de diversos temas referentes às funções administrativas do Estado e das Regiões Italianas.

9. Decreto Legislativo n. 42 de 2004: *Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*. In: GAZZETTA UFFICIALE DELLA REPUBBLICA ITALIANA. Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/atto/serie_generale/caricaDettaglioAtto/originario?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2004-02-24&atto.codiceRedazionale=004G0066&elenco30giorni=false>.

No Brasil, o *website* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) apresenta uma coletânea de toda a legislação nacional e internacional sobre a proteção e a valorização do patrimônio cultural. Considerando especificamente a legislação brasileira, o portal disponibiliza 251 registros entre leis, portarias, emendas constitucionais, orientações e instruções normativas. Muitas dessas normas são concernentes a bens e locais específicos, no entanto, são significativas as regulamentações que tratam dos mais variados tópicos como: proteção de jazidas e sítios arqueológicos ou pré-históricos; saída de obras de arte para o exterior; exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos; patrimônio subaquático e genético; regulamentação dos Parques Nacionais; diretrizes gerais da política urbana; o Estatuto de Museus; o Cadastro de Negociantes de Arte; a cooperação com entidades públicas e privadas; a prevenção e combate a incêndio em edifícios tombados etc.¹⁰ Considerando esse quadro e passados pouco mais de oitenta de anos de vigência do Decreto-Lei 25/37, quiçá fosse o momento de pensarmos em um código de leis para o nosso patrimônio cultural.

4 | OS MINISTÉRIOS

Na Itália dos anos 1960, duas importantes comissões (Franceschini e Papaldo) designadas pelo Parlamento procuraram investigar e reordenar as leis de tutela. Os órgãos políticos do período não deram a merecida atenção, mas o resultado do trabalho das comissões, como a adoção e a definição do termo “Bem Cultural”,¹¹ foi imprescindível para a produção legislativa mais recente.

Em 1975, cerca de uma década depois da primeira comissão, a cultura ganha autonomia no cenário político italiano, com a criação do Ministério para os Bens Culturais e para o Ambiente. Com o decreto legislativo n. 368 de 1998, passa a ser denominado Ministério para os Bens e as Atividades Culturais (MiBAC), evitando, assim, conflitos com o Ministério do Meio Ambiente. Já a competência do Turismo, confiada ao Ministério em 2013 e depois retirada, voltou ao mesmo em 2019, passando à sigla MiBACT.

Diretamente subordinado ao Ministro está o *Comando Carabinieri Tutela Patrimonio Culturale*, departamento da força armada italiana especializado em operações de combate a crimes contra o patrimônio cultural e paisagístico. O órgão publica boletins atualizados de arte roubada/furtada e relatórios anuais de atividades.

O Ministério conta com doze Direções Gerais, que tratam dos mais diversos setores, desde orçamento até pesquisa e fiscalização. Na Direção Geral de Arqueologia, Belas Artes e Paisagem estão inseridas 41 superintendências, distribuídas por toda a

10. Toda a legislação brasileira referente ao patrimônio cultural pode ser conferida na página do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

11. A Comissão *Franceschini*, instituída em 1964, definiu pela primeira vez na Itália o conceito de Bens Culturais: “os bens de interesse arqueológico, histórico, artístico, ambiental e paisagístico, arquivístico e literário, e qualquer outro bem que constitua testemunho material de valor para a civilização”. In: *Atti della Commissione Franceschini (1967)*. Dichiarazione I. Disponível em: <<http://www.icar.beniculturali.it/biblio/pdf/Studi/franceschini.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Itália, com o dever de fiscalizar, conservar e administrar o patrimônio sob tutela do Estado. Uma superintendência pode ter como área de gerência toda uma região, como o caso de Friuli, Umbria e Marche, ou abranger territórios menores, de uma a seis províncias, que apresentem notável concentração de bens culturais.

Na Direção Geral de Educação, Pesquisa e Institutos Culturais, encontramos o ISCR e o *Opificio delle Pietre Dure*, instituto fiorentino fundado no século XVI especializado em prática e ensino de restauro de bens móveis e integrados. Ambos os entes são responsáveis pela conservação e o restauro propriamente ditos. As demais Direções Gerais referem-se a áreas como os museus, o audiovisual, o turismo e o orçamento, dentre outras. Horizontalmente às Direções, também está organicamente inserida a *Digital Library*, onde se encontra o *Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione* (ICCD), com notável atuação em inventários e processamento de dados relativos aos bens culturais acautelados.¹² O ICCD conta com 831.114 bens catalogados, divididos em nove setores disciplinares.¹³ Vale lembrar que o tombamento na Itália se dá somente em instância nacional.

No Brasil, o Ministério da Cultura foi criado em 1985 e, após recuos e avanços, destituído em janeiro de 2019, tornando-se a Cultura uma secretaria especial ligada ao Ministério da Cidadania. Em novembro do mesmo ano, a competência da Secretaria Especial de Cultura e suas autarquias foi transferida ao Ministério do Turismo.¹⁴

Uma das autarquias da pasta é o IPHAN que, em sua estrutura, apresenta o sistema de superintendências (27 estaduais e 28 escritórios técnicos). No Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) podemos encontrar um órgão análogo ao ICCD, que é o Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), o qual apresenta 1.152 bens listados nos quatro Livros do Tombo.¹⁵ Pode não ser um número muito expressivo se comparado à Itália e se considerarmos a dimensão territorial do Brasil, mas devemos ter em mente que o tombamento aqui se dá em âmbito federal, estadual e municipal. Para a gestão do patrimônio museológico, o Instituto Brasileiro de Museus se impõe como um dos braços do Ministério. O órgão seria como a Direção Geral de Museus do MiBACT.

Infelizmente, não temos instituições de pesquisa e aplicação técnica específica nos moldes do ISCR ou do *Opificio*. Também não há uma repartição exclusiva para tratar das violações às leis de proteção ao patrimônio cultural nacional, tal qual o *Comando Carabinieri*. Todavia, o IPHAN conta com a colaboração da Polícia Federal, da Receita Federal e da Interpol na divulgação do Banco de Dados de Bens Culturais Procurados.

12. Estrutura organizativa do MiBAC. Disponível em: <<http://www.beniculturali.it/mibac/export/MiBAC/sito-MiBAC/MenuPrincipale/Ministero/La-struttura-organizzativa/index.html>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

13. Os nove setores disciplinares do catálogo do ICCD são: Bens arqueológicos; Bens arquitetônicos e paisagísticos; Bens demoetnoantropológicos; Bens fotográficos; Bens musicais; Bens naturais; Bens numismáticos; Bens científicos e tecnológicos e; Bens históricos e artísticos.

14. Mudanças advindas por meio dos decretos nº 10.107 e nº 10.108 de 2019. Durante a redação da versão final desse trabalho, não foram encontrados nos *websites* dos ministérios os organogramas vigentes.

15. O Decreto 25/37 considera patrimônio histórico ou artístico nacional os bens inscritos em um dos quatro Livros do Tombo, quais sejam: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes e; Artes Aplicadas.

5 | RESTAURO: A NORMATIVA E O RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

Nos anos 1930, a Itália começou a elaborar oficialmente diretrizes no sentido de aperfeiçoar os métodos de restauro. Em 1932, foi redigida pelo Conselho Superior para as Antiguidades e Belas Artes a Carta Italiana do Restauro, que teve como base os preceitos da Carta de Atenas (1931).¹⁶ O documento, que nunca teve força de lei, tratou de delinear os princípios que norteariam as atividades de escavação de jazidas e de restauro de monumentos executadas pelas Superintendências, dando máxima atenção às consolidações, às intervenções baseadas em documentos e às problemáticas do entorno. Foi o primeiro passo no sentido de unificar as técnicas e critérios de intervenção.

Já no período pós-Guerra, em resposta à grande destruição de patrimônios provocada pelo conflito e à necessidade de se estabelecer parâmetros internacionais de conservação e restauro, foi fundado, em 1959, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e o Restauro de Bens Culturais (ICCROM), sob os auspícios da UNESCO. Situado em Roma, o instituto tem como missão promover a pesquisa e a formação de profissionais na área – formação essa profundamente marcada pela escola italiana de restauro, uma vez que o ICCROM teve como seus organizadores os peritos do ISCR e da Universidade de Roma.¹⁷ Diversos profissionais brasileiros, principalmente arquitetos, se especializaram no ICCROM, adotando, assim, o *modus operandi* dos italianos [LYRA, 2016, p. 66].

A dilapidação causada pelo conflito bélico também impulsionou a redação de uma segunda Carta do Restauro, em 1972. O documento, elaborado pelo Ministério da Instrução Pública da Itália, colocou sob os ditames de suas instruções um conjunto muito mais amplo de bens do que aquele expresso na primeira Carta, desde artefatos do paleolítico até a arte contemporânea.¹⁸ No mesmo ano, foi aprovada em Paris a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a qual reconhece a importância da cooperação internacional na salvaguarda do patrimônio que tem “valor universal excepcional”. O Brasil aprovou o texto em 1977, antes da Itália, que o fez em 1978. Para os fins do presente trabalho, vale citar o que a Convenção determina, em seu artigo 5, como medidas a serem adotada pelos Estados Partes:

c) desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado fazer face aos perigos que ameacem seu patrimônio cultural ou natural; [...]

16. A Carta de Atenas de 1931 apresentou os princípios gerais para proteção, conservação e restauro de monumentos de interesse histórico, artístico ou científico. Foi elaborada pelo Escritório Internacional de Museus/Sociedade das Nações durante a Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos.

17. Sobre a história do ICCROM, consultar: <<https://www.iccrom.org/it/chi-siamo/panoramica/storia>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

18. Carta do Restauro. Itália, 1972. In: IPHAN. Acervos e Publicações: Cartas Patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

e) facilitar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo. [UNESCO, 1972]

Apesar de contar com excelentes profissionais na área e da existência de cursos de graduação e de especialização em conservação e restauro, o Brasil não possui, como já mencionado, um órgão oficial de formação técnica, análogo ao ISCR e ao *Opificio*, para pesquisa, treinamento e divulgação permanentes na área. O IPHAN realiza convênios e acordos com entidades nacionais e internacionais, mas sempre em caráter temporário. No entanto, convém destacar o trabalho de Edson Motta no extinto Setor de Recuperação de Obras de Arte, que funcionou de 1947 a 1976. Segundo María Sabina Uribarren, houve no final dos anos 1960 um projeto de se instalar no Setor chefiado por Motta um laboratório que seria referência regional na América Latina. Infelizmente, o projeto, que foi apresentado à OEA em 1968, não foi adiante pela falta de recursos financeiros e de pessoal [URIBARREN, 2015, p. 227].

Em 2010, foi criado na estrutura do IPHAN, por meio da Escola de Patrimônio Lucio Costa, o Centro de Categoria 2, que conta com a chancela da UNESCO. O CC2, de alcance regional, tem como missão a qualificação de profissionais em gestão do patrimônio nos 17 países de abrangência¹⁹. No mundo, existem 11 centros classificados dessa forma e a Itália inaugurou o seu *Centro Internacional de Pesquisa e Treinamento em Economia da Cultura e Patrimônio Mundial* em 2011²⁰, porém fora dos quadros do MiBACT.

Além do CC2, a Escola de Patrimônio Lucio Costa dispõe de um mestrado profissional e, muito recentemente, de uma capacitação corporativa, direcionada ao treinamento dos servidores da instituição. Não obstante, o organograma do IPHAN ainda carece de formação técnica específica em conservação e restauro.

Em que pesem os fatos da atividade de restauro (na forma como a entendemos hoje) ter origens no século XVIII,²¹ da existência do *Opificio* desde o século XVI e da criação do ISCR em 1939, foi somente no ano 2000 que a Itália lançou uma normativa sobre os requisitos de qualificação dos restauradores. O primeiro documento foi o Decreto Ministerial nº 294: “Regulamento relativo à identificação dos requisitos de qualificação dos executores dos trabalhos de restauração e manutenção de bens móveis e superfícies decoradas de bens arquitetônicos”, o qual foi revogado pelo D.M. nº 154 de 2017: “Regulamento sobre

19. A área de abrangência do CC2 do Centro Lucio Costa é composta por 17 países, de língua portuguesa e espanhola: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. In: IPHAN. Centro Lucio Costa. CLC/CC2. Programa de Formação. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/clc/pagina/detalhes/678>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

20. O *website* da UNESCO apresenta os CC2 em funcionamento no mundo. Valem destaque: a Noruega, que não renovou o acordo para seu centro; a China, que possui dois centros, sendo um deles de caráter misto (natural e cultural) e; a República da Coreia, que apresentou recentemente pedido de inclusão de um centro. In: UNESCO. Category 2 Centres. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/category2centres/>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

21. Segundo o historiador da arte Alessandro Conti, foi no século XVIII que o restauro deixou o empirismo para começar a se desenvolver como atividade científica, a partir do estudo da química e do comportamento dos materiais.

contratação pública de obras sobre bens culturais protegidos”, elaborado de acordo com os ditames do *Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*. Essa norma trata dos requisitos de qualificação profissional e define as tipologias dos serviços (ex.: escavações arqueológicas; conservação de bens móveis e imóveis). Alguns anos antes, em 2009, já havia sido aprovado o D.M. nº 86, “Regulamento relativo à definição dos perfis de competência dos restauradores e dos demais operadores que realizam atividades complementares à restauração ou outras atividades de conservação dos bens culturais móveis e das superfícies decoradas dos bens arquitetônicos”. Com outro decreto firmado no mesmo 26 de maio de 2009, de número 87, ficou estabelecido o registro dessa categoria de profissionais.

No Brasil, as discussões sobre a regulamentação da profissão tiveram início nos anos 1990. Três Projetos de Lei já foram apresentados, sem sucesso. Os dois primeiros chegaram a tramitar juntos no Congresso. O de 2008 excluiu o que havia sido reprovado no de 2007. No entanto, foi decidido retomar o texto da primeira proposta, que foi vetado pela presidência da República em 2013, com a justificativa de que o exercício das atividades de conservador-restaurador não constitui um “risco de dano à sociedade” [DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013]. Em 2017 foi apresentado outro P.L. (pelo Deputado Chico Alencar), que foi arquivado. Atualmente, está em tramitação o P.L. 1183/2019, que segue os moldes do PL 9063/2017. A classe dos profissionais conservadores-restauradores aguarda com anseio o reconhecimento da importância desse ofício em nosso país.

6 | CONCLUSÃO

Sabemos que em nosso período histórico os conflitos e enfrentamentos se dão cada vez mais em escala virtual e tecnológica. Nesse quadro, a instrumentalização do fator cultural, entendido nas suas múltiplas facetas, seja como agente de dominação ou de cooperação, é patente. No campo do patrimônio cultural mundial, as relações interestatais dos signatários da Convenção de 1972 revelam esse caráter ambivalente, na medida que se pautam na cooperação, em uma perspectiva de cultura cosmopolita, mas que também têm um objetivo de “clientelização” [MILZA apud LESSA, 2012, p. 172] ao exportar conhecimentos e atrair recursos por meio do turismo, da capacitação técnica e científica etc.

Considerando os problemas conjunturais e estruturais do Brasil, é digno reconhecer sua ampla atuação na área do patrimônio cultural. O IPHAN, primeiro órgão do gênero na América Latina (FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 25), é reconhecido internacionalmente e seus funcionários trabalham de forma diligente na defesa e promoção de nossos bens. No entanto, talvez seja preciso fortalecer as bases de sustentação da política de proteção ao patrimônio cultural brasileiro – suas leis e instituições – em um rearranjo sistemático e articulado dos setores envolvidos, de modo a alcançar mais autonomia, a demonstrar confiança, a atrair recursos e, por conseguinte, a se projetar no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

AINIS, Michele. **Beni Culturali**. In: ENCICLOPEDIA TRECCANI. Italia: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2009. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/beni-culturali_%28XXI-Secolo%29/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENCARDENAÇÃO E RESTAURO. **Entenda a tramitação dos projetos de lei sobre a regulamentação da profissão**. Disponível em: <<http://aber.org.br/noticia/entenda-tramita%C3%A7%C3%A3o-dos-projetos-de-lei-sobre-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-profiss%C3%A3o>>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

CASTEL LENTINI, Filippo Gargallo di. Evoluzione storica e giuridica della tutela dei beni culturali dall'unità d'Italia al Codice Urbani. Cenni sulla tutela paesistica. In: **Diritto all'Ambiente**, 12 jun. 2006. Disponível em: <http://www.dirittoambiente.net/file/territorio_articoli_119.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **Patrimônio como esteio das Relações Internacionais: em questão o soft power**. In: 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/60127.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CONTI, Alessandro. Vicende e cultura del restauro. In: ZERI, Federico (Org.). **Storia dell'arte italiana**. Torino: Einaudi, 1981. vol. 10. pp. 39-112.

COSÌ, Dante. **Diritto dei beni e delle attività culturali**. Roma, Aracne Editrice, 2008.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Despachos da Presidenta da República: Mensagem nº 400, de 18 de setembro de 2013**. Publicado em 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?journal=1&pagina=1&data=19/09/2013>>. Acesso em: 20 out. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico no Brasil: uma trajetória**. Brasília, SPHAN, 1980.

_____. Acervos e Publicações: Cartas Patrimoniais: **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

_____. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2006.

ISTITUTO CENTRALE PER IL CATALOGO E LA DOCUMENTAZIONE. **Catalogo Generale dei Beni Culturali**. Disponível em: <http://www.catalogo.beniculturali.it/sigecSSU_FE/Home.action?timestamp=1521647516354>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ITALIA. Constituição (1948). **Constituição da República Italiana**. Entrada em vigor em 1º de janeiro de 1948. Disponível em: <[https://www.senato.it/documenti/repository/istituizione/constituizione.pdf](https://www.senato.it/documenti/repository/istituzione/constituizione.pdf)>.

_____. Legge 20 giugno 1909, n. 364. Stabilisce e fissa norme per l'inalienabilità delle antichità e delle belle arti. In: **Normattiva**: il portale della legge vigente. Disponível em: <<https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1909-06-20;364>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

_____. Legge 11 giugno 1922, n. 778. Per la tutela delle bellezze naturali e degli immobili di particolare interesse storico. In: **Normattiva**: il portale della legge vigente. Disponível em: <<https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1922-06-11;778!vig=>>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

LESSA, Mônica Leite. Cultura e política externa: o lugar do Brasil na cena internacional (2003-2010). In: LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo R. (Orgs.). **A Quarta Dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. pp. 169-192.

LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do Patrimônio Edificado: a questão do uso**. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspecao-de-monumentos-nacionais-1934-1937>>. Acesso em: 03 set. 2019.

McCLORY, Jonathan. **The Soft Power 30: a global ranking of soft power**. Report 2015. Portland, 2015. Disponível em: <https://softpower30.com/wp-content/uploads/2018/07/The_Soft_Power_30_Report_2015-1.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

NYE Jr., Joseph S. **Soft Power: The means to success in world politics**, New York, Public Affairs, 2004. Chapter One: The changing nature of power. pp. 1-32.

SETTIS, Salvatore. **La tutela del patrimonio culturale**. In: ENCICLOPEDIA TRECCANI. Italia: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2011. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/la-tutela-del-patrimonio-culturale_%28Dizionario-di-Storia%29/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

UNCTAD. **Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy: towards informed policy-making**. United Nations, 2008.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>.

URIBARREN, María Sabina. **Contatos e intercâmbios americanos no IPHAN: O setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976)**. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-07032016-200705/pt-br.php>>. Acesso em: 02 set. 2019.

CAPÍTULO 2

O TEMPO, O TRABALHO E O DIVERTIMENTO: ENTRE A CONVIVÊNCIA E AS PROIBIÇÕES NA SEGUNDA FREGUESIA DE PEDRO II NA CUIABÁ DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 01/02/2021

Jhucyrllene Campos dos Santos Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: O presente tema exposto compõe a dissertação de mestrado defendida no ano de 2020/1 na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT sob as diretrizes do departamento de Pós-Graduação em História - PPGHIS, intitulada “História de mulheres *boêmicas e turbulentas* nas *casas de brinquedos* do bairro do porto em Cuiabá 1860 - 1888”, ou seja, este trabalho aborda uma análise historiográfica social a partir das leituras feitas de documentos oficiais do final do século XIX, encontrados no Arquivo Público nas séries penais do Cartório do 6º Ofício do Tribunal das Relações e Registros Policiais, registrados como lesões corporais leves/pesadas, turbulência à ordem pública, embriaguez, homicídios e tentativa de homicídio, que compunha um enredo social de dramas e conflitos amorosos e financeiros na região portuária dessa cidade, que era conhecida como Freguesia de Pedro II. Essa região, por ser uma área bastante movimentada pelos comércios, abrigava também vários tipos de residências

familiares de níveis sociais diversificados e, nesse período histórico estudado, ficou conhecida como turbulenta e perigosa pela grande quantidade de tavernas, bares, hotéis e casas de livre acesso onde se praticavam as festas conhecidas como batuques do cururu e do siriri, em que muitos homens e mulheres brancas, pobres e livres se misturavam com os negros escravizados que, quando possuíam suas cartas de autorização dando-lhes a “liberdade de poder festejar”, estavam em conjunto de outros negros forros, libertos e mestiços, praticando a sua liberdade de divertimento pelo ato de brincar, se divertir tanto na forma familiar, como na de amizade, de namoros e de romances proibidos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, divertimento, convivência, proibições.

1 | INTRODUÇÃO

“O cotidiano da cidade de Cuiabá era organizado de forma diferente para os variados tipos de sujeitos integrantes sociais”¹, permitindo-nos estabelecer algumas semelhanças e diferenças estruturais entre homens, mulheres livres, pobres, índios e escravos, que dedicavam muitas horas diárias fazendo a cidade funcionar. Para as elites, a lógica era a de que seus divertimentos fossem organizados de forma que

1. GONÇALVES FILHO, Carlos Antônio. *Honradas senhoras e bons cidadãos: gênero, imprensa e sociabilidades no Recife oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2009. p. 60. O entendimento na perspectiva do que se refere a “classe social”, está subentendido em Thompson (1987, p. 9), quando ele afirma que “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Dessa forma, não vejo os segmentos enquanto ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas”.

contribuíssem com as obrigações do labor cotidiano. As camadas populares lutavam para buscar autonomia no quesito do lazer e do divertimento.

Reis (2002), ao tratar das classes chamadas escravas, às quais ele incluía homens e mulheres livres pobres, considerava que, além dessas pessoas terem suas vidas particulares controladas, elas também sofriam o controle em seu tempo de lazer. E essas pessoas da classe pobre e escrava sempre buscavam uma válvula de escape para contornar essa repressão e, ao mesmo tempo, mostrar a sua luta pelo direito de poder manifestar o seu prazer pela vida através do divertimento e do lazer, e isso se dava nas das festas.²

Seguindo os relatos dessa primeira metade do século XIX, a palavra “tempo” era compreendida como uma divisão de espacialidade entre o trabalho corriqueiro e, se sobrasse algum tempo, alguma folga durante o dia, que poderia ser considerada um descanso e utilizado no lazer e no divertimento. Moura (1998) afirmava que o “[...] trabalho e o lazer misturavam-se imprimindo uma especificidade ao viver, conviver e lidar com toda a sociedade”.³ Mas, para as elites, a mistura entre divertimento, lazer e liberdade possuía um significado de baderna, turbulência e perturbação, pois quase sempre redundavam em ações proibitivas e prisões.

Todavia, na Cuiabá do século XIX, muitos integrantes das elites possuíam como atividade laboral o comércio e a lavoura, funções que também eram desempenhadas por escravos dependendo de sua classificação e categoria de trabalho. Os escravos domésticos, como o próprio nome já afirma, trabalhavam dentro dos lares e dos comércios locais, e os escravos de ganho trabalhavam na cidade, porém no final do trabalho eles teriam que voltar para casa de seus donos e também dar um percentual a mais do seu salário para compensar a sua ausência de trabalho ao seu dono. Já os escravos de jornais, eles trabalhavam de forma semelhante ao escravo de ganho, contudo a maioria deles possuía um nível de leitura e escrita igual ao dos “homens brancos”, e aqueles negros livres e pobres considerados camaradas eram agregados a pequenos lavradores, trabalhadores de ofício, soldados, condutores de tropas, mineiros pobres, domésticos, vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãos, lavadeiras, etc..

Segundo a descrição de Gomes (2011), nessa divisão de trabalho, que ocorreu durante o século XIX com a chegada dos imigrantes italianos, havia uma espécie de divisão que era chamada de ‘empregados técnicos e/ou especializados’, ou seja, nesses ambientes de trabalho, cada trabalhador iria desenvolver seu ofício tanto na cidade quanto no campo.

De um lado, existiam trabalhadores pobres formados por brancos, índios e negros ex-escravos; de outro, havia os trabalhadores nacionais e/ou estrangeiros desenvolvendo

2. REIS, João José. Tambores e Tremores: A Festa Negra na Bahia na primeira metade do Século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). Carnavais e Outras F(r)estas. Ensaios de História Social da Cultura. 1 ed. São Paulo: UNICAMP; CECULT, 2002, p. 113.

3. MOURA, Denise. *Saindo das Sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de Publicações CMU; UNICAMP, 1998, p. 40.

atividades especializadas. Cada um deles recebia os seus salários de acordo com seu ofício e com seu desenvolvimento intelectual: leitura, escrita e comunicação.

Contudo, nessa última camada social, existiam pessoas brancas, indígenas e negros livres e seus respectivos descendentes, como os mestiços, que eram considerados cabras, mulatos, crioulos, caburés, pardos, etc..⁴

Desta forma, havia as divisões sociais de trabalho no segmento das classes humildes, onde cada indivíduo poderia ser um pequeno patrão, mesmo se tivesse poucas posses ou, até mesmo, sem nada, mas que trabalhava por conta própria e com autonomia entre ruas, avenidas e becos da cidade como mascates, caixeiros viajantes e vendedores ambulantes.

Assim, essas pessoas que possuíam pequenos empreendimentos pelas ruas da cidade poderiam sim precisar da ajuda de alguém, mas, por outro lado, quem poderia suprir essa necessidade de mão de obra do trabalhador autônomo? Seriam praticamente aqueles escravos de ganho, forros e os libertos que geralmente tinham habilidades na escrita e nos cálculos matemáticos. Por outro lado, havia pessoas que não conseguiam emprego formal ou informal, e sua única alternativa era sair pedindo nas ruas e becos da cidade.

As relações de trabalho entre patrões e empregados poderiam ser compreendidas a partir de acordos firmados entre as duas partes, estipulando as atividades a serem desenvolvidas a partir dos serviços prestados para que se pudesse chegar ao valor a ser pago pelo serviço. Quanto ao tempo de serviço, isso poderia variar de um dia a duas semanas ou meses, como no caso de colheita ou, até mesmo, de serviços em estabelecimentos comerciais.

Para aqueles indivíduos que almejassem trabalhar em casa de família, mas que não eram escravos, havia atividades como a de pedreiro, de ferreiro, de marceneiro e de jardineiro, ganhando seu dinheiro pelo dia trabalhado. Segundo Volpato (1996)⁵, nos ambientes rurais, os indivíduos que não fossem escravos também prestavam os seus serviços em lavouras, fazendas de criação de animais, engenhos e, também, nas minas, com a extração de minérios. Ou seja, a diferença desses indivíduos pobres, livres e não escravos era vista a partir dos pagamentos recebidos pelos seus serviços e, às vezes, essas diferenças eram vistas também da seguinte forma: muitos desses trabalhadores livres tinham as famílias na cidade e somente na temporada de serviço é que eles se ausentavam de suas casas; possuíam também liberdade de circular livremente pela cidade sem nenhuma restrição e, até mesmo, de participar das festas dos brinquedos que fossem legalizadas.

Todavia, aqueles que eram escravos e que precisavam sair nas ruas ou fazer compras para seus senhores teriam de estar com uma carta de autorização informando os motivos de sua presença naquele local, entretanto alguns donos de escravos davam

4. SENA, Divino Marcos de. *Camaradas e complexidade entre livres e pobres: Mato Grosso - primeira metade do século XIX*. Descreve essa categoria de pessoas em suas atividades laborais pela cidade.

5. VOLPATO, L. R. R. op. cit.

uma certa flexibilidade e deixavam um escravo de confiança sair para se divertir em bares, tavernas ou brinquedos. Caso o escravo perdesse essa autorização ou não a levasse consigo e fosse preso, ele seria levado para a delegacia, seria lavrada a ocorrência, seu dono seria comunicado e teria que pagar uma fiança. Conseqüentemente, esse escravo sofreria mais tarde algum tipo de punição por essa contravenção de conduta na cidade.

Havia ainda, nesse espaço, os ex-escravos considerados forros, os quais trabalhavam por conta própria como se fossem pequenos comerciantes da cidade, fato observado por Edvaldo de Assis,⁶ que menciona dois escravos forros que tinham seu próprio comércio:

[...] O Primeiro caso: A mulher negra forra Catarina Maria de Jesus, que criava porcos e fornecia toucinho aos Armazéns do Príncipe da Beira do Rio.

O Segundo Caso: Preto Forro chamado Domingos Martins, Bernardo Veiga e Cipriano José, que tiveram seus bens penhorados, por serem devedores de dívidas. O primeiro devedor da Capital e os últimos dízimos. Na documentação não foram mencionados os bens penhorados, mas eles possuíam casas, gados vacuns e pequenas terras.

No mesmo periódico citado acima, o historiador faz menção a outros tipos de negros forros que compravam escravos para suas propriedades e, até mesmo, disponibilizava-os para aluguel, ou seja, fazendo transações comerciais iguais aos “homens brancos”, como existia na capital.

[...] No conjunto de proprietários de negros forros encontra-se duas referências de comércios: A primeira no requerimento onde diz: José, escravo de Francisco da Silva, que sua mulher Maria Correa preta forra, comprou a escrava Joaquina, em Cuiabá por uma libra e meia de ouro, pagando no início da compra a quantia de meia libra, ficando devendo uma libra ao antigo dono da escrava.

A segunda referência foi registrada pelo viajante Hercules Florence, quando observou as relações sociais dos negros forros a partir de suas rotinas diárias tanto sociais quanto de trabalho. Dessa forma, os forros poderiam ser vistos trabalhando em engenhos; em criadouros de porcos, de galinhas e de bovinos; nos transportes de mercadoria para o Porto Geral; como pedreiro, carpinteiro, seleiro, entre outros. As mulheres forras podiam ser encontradas vendendo iguarias pela cidade, respeitando as determinações exigidas pelo Código de Postura Municipal, como a hora em que elas poderiam circular nas ruas, então, os negros forros que trabalhavam nesses ofícios na cidade e na zona rural passaram a ser trabalhadores assalariados nesse contexto histórico.⁷

Assim, vale ressaltar que os indivíduos considerados escravos eram privados de sua liberdade social, mas, em contrapartida, os forros possuíam um certo prestígio, assim como os indivíduos pobres e livres. Ao investigar essa questão da liberdade social, constata-

6. ASSIS, Edvaldo. Mato Grosso: Negro Forro & Sociedade Escravocrata. Diário Oficial-Suplemento Mensal do dia 31 de julho de 1986, p. 6.

7. *Ibidem*.

se que os escravos lutavam de forma persistente, buscando ter esse pequeno momento de liberdade e distração, mesmo que fosse às escondidas ou, até mesmo, autorizado pelos seus senhores – neste caso, isso poderia acontecer em vários pontos, tais como nas senzalas, nas rodas de batuque, nas rodas de folguedo ou nos quintais das casas dos seus senhores.

É nesse contexto que verificamos um entrelaçamento entre a convivência do privado e o público. A pesquisadora Siqueira (1999) evidenciou essas tais vivências entre indivíduos livres pobres e os negros escravos ou libertos nos espaços sociais da cidade de Cuiabá, afirmando que as pessoas das classes sociais mais inferiores costumavam se divertir de forma livre e espontânea entre rodadas de aguardente nos bares, tavernas e botequins, ou até mesmo, nos espaços privados de quintais residenciais ou de fazendas, praticando, assim, as festas do brinquedo em ritmo de batuque, cururu e siriri.

Reforçando essa ideia de resistência e de luta em busca da liberdade dentro dos espaços urbanos, onde se pudesse praticar a própria fé religiosa nas matrizes africanas, como também na forma de divertimento em reuniões familiares ou de amigos, em rodas de conversa nos batuques e dos brinquedos, temos também outra forma festiva que os olhares da sociedade cuiabana condenavam e acabavam rotulando como algo pecaminoso, cheio de luxúria, barulhento, turbulento, e que se reuniam somente pessoas de má fé, como vadios, prostitutas e ladrões.

Esse pensamento de desqualificação nos espaços de divertimento das classes pobres brancas, mestiças, escravas, libertas, forras e livres que observamos nos discursos feitos acima pelas autoridades policiais e por alguns moradores sem ao menos conhecer o lugar direito, e isso só acontecia a partir do momento em que se via reunidos esses aglomerados de pessoas, então, os policiais e os guardas de quarteirão eram chamados para averiguar se nesse local estavam ocorrendo os divertimentos ilícitos.

Então, nesse reforço pela proteção e pela segurança popular que surge o Código de Postura, ou seja, seria uma medida preventiva que traria segurança e paz para a comunidade local, mas vale ressaltar que essa medida preventiva do Código de Postura não era algo restrito ao Mato Grosso, mais algo implantado a nível nacional pela Corte Portuguesa, através do Governo Imperial. Contudo, o objetivo do Código de Postura era que a sociedade criasse um modo de vida saudável e harmônico nesse momento. A pesquisadora Volpato (1993) descreve como essas medidas sociais foram impostas na sociedade cuiabana durante Período Imperial:

“[...] pelo alto índice de atritos que ocorriam nessas reuniões das festas, funções, divertimento, batuques eram vistos pelas autoridades como momentos privilegiados de brigas e por isso deveriam ser no máximo evitados”.⁸

8. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Op.cit., p. 205.

Nesse contexto de proibições ligadas ao divertimento e ao lazer, incluíam-se, também, alguns jogos de cartas, considerados de azar. Tal proibição foi incluída a partir de 1881 nas alterações ocorridas no Código de Postura. Esses itens foram descritos dentro da norma como “Dos jogos e reuniões ilícitas, vozerias e ofensas à moralidade pública” de nº 17. A partir daquele momento, todas as pessoas que fossem pegas praticando jogatina ou reuniões ilícitas, poderiam sofrer sanções por parte da polícia ou deveriam pagar multa à Câmara Municipal. Vejamos, então, os itens que compunham essas proibições preventivas sociais:

Art. 65º - Fica expressamente proibido:

§ 1º- Fazer bulha ou algazarra e dar altos gritos à noite.

§ 2º- Fazer sambas, cururus e outros brinquedos que produzem estrondo dentro desta cidade.

§ 3º- Conceder ou sustentar controvérsias em altas vozes pelas ruas quer de dia, quer de noite.

§ 4º- Proferir palavras obscenas ou licenciosas que ofendam o pudor das famílias ou moral pública.

§ 5º- Escrever nas paredes dos edifícios e dos muros palavras, frases ou dístico simples ou imoral, bem como desenhar figuras obscenas.

§ 6º- Andar pelas ruas nu ou indecentemente vestido, com roupas dilaceradas ou sem que traje pelo menos calça e camisa.

§ 7º- Banhar no Porto Geral desta Cidade na extensão compreendida da rampa da barca pêndula até a boca do vale inclusive, assim como em todos os portos dos povoados do Município o que sejam embarque e desembarque.

§ 8º- Estar na própria casa ou na alheia de modo indecente ou imoral, de sorte que seja visto ou notado pelos transeuntes ou vizinhos.

Art. 66º- Fica igualmente proibido:

§ 1º- Todos os jogos de parada ou apostas por meios de cartas, dados, roletas ou quaisquer outros.

§ 2º- A reunião de escravos, filhos, famílias, fâmulos ou criados nas lojas, travessas ou praças. Os infratores serão multados em dez mil reis ou sofrerão

cinco dias de prisão.

Art. 67º - Serão também considerados infratores do

§ 2º do artigo 65- E do presente artigo os donos das casas em que fizerem os divertimentos, jogos e reuniões sem autorização prévia da Câmara.⁹

Esses hábitos considerados antissociais eram vistos como degradantes pelas famílias conservadoras, pois quando essas ações eram praticadas, distanciavam as pessoas por causa das bebidas, dos jogos que, na maioria das vezes, deixavam o indivíduo endividado, perdendo tudo o que tinha, além das traições conjugais que redundavam na descoberta de amantes, concubinas e filhos ilegítimos.

Assim, acentuando esses fatores de riscos, o jornal *O Povir* trouxe uma matéria, publicada no ano de 1877, intitulada de “As consequências do jogo”, reforçando para a população que esse tipo de divertimento só trazia infelicidade no meio social e familiar:

O jogo é a concentração rápida de todos os vícios em um só; a transformação rápida e sucessiva do passatempo em vício, do vício em crime, em atentado; o culto a uma divindade ímpia, que perde dinheiro, depois os bens, depois a honra, depois a família, depois a vida, finalmente a alma; a fortuna que conduz a sua vítima crédula e confiada por entre caminhos bordados de flores, para depois a despertar num precipício ao som de uma estrondosa gargalhada.¹⁰

De fato, essa era a realidade de muitos cidadãos cuiabanos que se deixavam levar por esse tipo de divertimento relatado no jornal *O Povir*, porém, a questão dos jogos não era só praticada no interior das camadas pobres livres ou no segmento escravo, uma vez que algumas pessoas das elites também frequentavam casas de jogos.

Todavia, esses lugares apresentavam características mais sofisticadas, pois seus ambientes eram presenciados pelos homens de posse, que ficavam até altas horas da madrugada, jogando, acompanhados de rodadas de whiskey, de champanhe e de vinhos importados; em uma conversa ou outra, com ganhos ou perdas, alguns acabavam perdendo tudo que tinham nas apostas, ficando endividados.

Para solucionar esse impasse, muitos chefes de família arruinados pelas dívidas de jogos acabavam arrumando casamentos para suas filhas na puberdade, na adolescência ou, até mesmo, na mocidade com homens mais velhos da elite como forma de saldar a dívida patriarcal de sua família.

Outro ponto interessante de se destacar nessa cultura do divertimento da elite cuiabana pode ser presenciado através da conduta social do Presidente de Província,

9. Decreto nº 577. Postura Municipais de Cuiabá. Cuiabá 30 de novembro de 1880. IMPL- Livro de Registro dos Decretos e Resoluções.

10. *O PORVIR*. Vício do Jogo- nº 25. Cuiabá 15 de dezembro de 1877/15/dez. APMT- Coleção de Jornais.

o Barão de Batovi. Ele gostava particularmente de se reunir no Palácio, juntamente de outras pessoas da elite cuiabana, para tratar de “negócios administrativos e financeiros” ligados ao assunto da cidade e os benefícios que se poderia obter com seus patrimônios particulares, mostrando que as reuniões consideradas políticas eram, na verdade, rodadas de charutos com jogos de cartas.

Esse tal cenário de reuniões administrativas e políticas foi descrito pelo viajante Steinen (1877), ao observar essa rotina social dentro do palácio:

[...] que muito apreciava, em companhia de dois e três senhores, no seu amplo e confortável gabinete de trabalho. Costumava oferecer-nos esplêndidos charutos paraguaios. Assistíamos ao jogo e durante os intervalos, tínhamos a oportunidade de melhorar os nossos, ainda bem falho, conhecimentos de portugueses. [...] Às 19 horas era servido o chá de origem paraguaia ou chinesa, acompanhado de excelentes biscoitos. Pouco a pouco os jogadores acabavam o entretenimento, fazendo as contas dos grãos de milho, conversando ainda um pouco, e retirando-se pontualmente.¹¹

O viajante alemão percebeu que, na relação social da elite com a política, se buscava interagir de forma pacífica, se possível, quando suas famílias, mulheres e filhos pudessem participar, mas, quando isso se tornava impossível, a figura da mulher amante e prostituta entrava em cena enquanto acompanhante nos bailes luxuosos com pianos, orquestra, sarau literário com musicais promovidos pela elite no Palácio.

Sendo assim, Steinen não ficou somente nesse ambiente de festa da elite, mas desejou conhecer também as festas populares conhecidas com brinquedo/batuques, usuais entre a camada pobre cuiabana, deixando registradas suas impressões, o que o deixou chocado e perturbado ao ver as cenas em que as mulheres dançavam com os homens, nos ritmos de siriris, cururus e sambas e, ao mesmo tempo, consumindo bebidas alcoólicas nesses espaços sem se importarem com os falatórios e com os olhares de julgamento.

Outro aspecto interessante era o tipo de vestimenta que o povo cuiabano usava em seu cotidiano, em casa, no trabalho e nas festas. A pesquisadora Inoui (2004) apresentou, em sua dissertação de mestrado intitulada *O vestuário e suas representações na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá 1727-1801*, como o povo cuiabano se vestia e qual a importância dada aos tecidos e às roupas, ou seja, esses itens eram considerados objetos de extremo valor que, na maioria das vezes, eram até elencados nos testamentos, visto como raros e valiosos.¹²

Essas particularidades da vida cotidiana privada da elite cuiabana, presente nos indivíduos pobres e escravos, aos poucos foram formando o ser e o estar do povo cuiabano, em suas características físicas, emocionais e culturais, as quais presenciamos até hoje, seja pelo despojado falar cuiabano ou até mesmo pelos casarões históricos espalhados pela cidade.

11. STEINEN, Karl von den. Op. cit., p. 78.

12. INOUI, Simone Zanelatti de Cubas. Sobre o vestuário e suas representações na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1818). Dissertação (Mestrado em História) – UFMT/CHS, 2004.

Tomando, assim, como referência de todo esse processo de integração entre o comércio local e o divertimento seguido do lazer da classe mais humilde, nos remetemos a uma música da Banda do Distinto que, por sua vez, é um samba de autoria de Billy Blanco que foi interpretado por diversos cantores e que demonstra essa realidade de sociedade separatista, especialmente quando a letra da música se refere ao não **dar mão para preto** e nem **carrega embrulho**, e esse dizer foi um distintivo usado pelas elites, visto que era considerado algo degradante. Vejamos um trecho da letra:

[...] Não fala com pobre, não dá mão ao preto, não carrega embrulho

Prá que tanta pose doutor? Prá que esse orgulho?

A bruxa que é cega, esbarra na gente, a vida estanca

O infarto te pega doutor, caba essa banca

A vaidade é assim, põe o tonto no alto, retira a escada

Fica por perto esperando sentada

Mais cedo ou mais tarde ele acaba no chão

Mais alto o coqueiro, maior é o tombo do tonto afinal, todo mundo é igual, quando o tombo termina com terra por cima e na horizontal

A citação acima nos proporcionou uma reflexão sobre como esse momento de divertimentos, lazer e trabalho das classes mais humildes incomodava a elite, pois quando a música diz **não dá a mão a preto**, ela faz uma referência ao estigma que a escravidão deixou no trabalhador livre, fazendo-o recusar aquela forma de trabalho por considerá-la própria de escravos.

O outro ponto da música que faz alusão mais direta a essa separação social, é quando se diz **não carrega embrulho**, ou seja, essa particularidade estaria vivenciada no cotidiano dos brasileiros, já que o embrulho, por sua vez, se relaciona ao comércio que era considerado inferior, o do mascate, que embrulhava as mercadorias para as entregas. Assim, o termo pequeno comerciante representava aqueles que, necessariamente, se colocavam fora do segmento das elites: homens comuns, poucos conceituados, que faziam a diferença nos espaços urbanos. Essa diferença se dava, pois muitos desses pequenos comerciantes, considerados mascates, levavam suas mercadorias em diversos locais de difícil acesso, e seus produtos eram de extrema importância para esses moradores, que os aguardavam com muitas expectativas e entusiasmo, já que muitos desses produtos diversos abasteciam as casas e outros comércios de uma determinada região.

Levando-se em consideração a importância da profissão dos mascates na cidade, sendo ele um empresário autônomo desse período, destacamos a referência da escritora Rodrigues (1981. p. 26) sobre a afirmação de que a presença desse profissional que chegava nas ruas, avenidas e becos com suas carroças ou, às vezes, nos lombos de animais, e estavam repletos de mercadorias e novidades vindas da cidade grande. Essas pessoas eram conhecidas como turcos,

Trata-se de vendedores ambulantes que eram de origem síria e chamados na época de Turcos. Eles traziam às costas, presas por grossos cadarços, um baú de folhas de Flandos, cheio de quinquilharia, que continha desde lenços, perfumes baratos, pó de arroz, sabonetes, leques, peças de fitas de bordados de rendas valenciana, de todos os aviamentos de costura e alguns, cortes de fazendas. Vinham arcados com tanto peso e seguravam uma campainha que tilintava a sua passagem. Quando melhoravam a situação, alugavam um carregador qualquer para aguentar o peso do baú de folha e eles, os donos, vinham aliviados, tocando a companhia.

Além dessas ações de relacionamento comercial de compra e venda, esses mascates eram pessoas que simbolizavam a alegria por onde passavam, pois eram conhecidos por todos, e esse fato nos transporta para o seguinte trecho do texto da Rodrigues (1981), quando ela narra a sequência de fatos da personalidade de um mascate chamado Elias, que era turco e que viveu nesse período histórico,

[...] Elias era um turco, para mim era uma festa vê-lo arriar a carga, dar uma bufada de alívio, com a testa gotejando do esforço e do calor. Que Maravilha, quando levantava a tampa do baú! Havia até malacocheta dourada de missangas para enfeitar roupas de anjo de procissão e fantasia de carnaval.

Em outras palavras, esse mascate, Elias, de acordo com a cronista Rodrigues (1981), era uma pessoa que já vivia há um bom tempo no Brasil, desenvolvendo esse tipo de comércio na região do Mato Grosso, e muitas pessoas, quando o viam chegando na cidade, saíam nas portas, cumprimentando-o com sorrisos e acenos com as mãos - essas recepções vinham sempre do público feminino, que aguardava por meses a chegada de Elias. Quando 'Seu' Elias parava com sua carroça, parecia um papagaio, descrevendo toda a sua mercadoria para aquelas clientes curiosas em sua volta, querendo ver as novidades.

Essa relação de amizade comercial trazia consigo uma confiança enorme entre eles, pois o mascate Elias possuía uma caderneta de fiado para aquelas clientes fiéis. Porém, dificilmente o senhor Elias cobrava alguém, pois seu comportamento era muito afável e encantador. Seus produtos eram bastante acessíveis e baratos, e ele usava artifícios, uns chavões que encantavam as senhoras, como compra freguesa, compra comadre. Essa forma encantadora de se falar com as mulheres conquistava a todas, mesmo aquelas que apareciam totalmente descabeladas e fedendo a mijo, e que se aproximavam para ver a mercadoria. Mesmo assim, ele não deixava de atender; o máximo que poderia acontecer era ele ficar parecendo um pimentão maduro de vergonha e sua língua enrolar, mal dando

para entender o que dizia, mas sempre dizendo uma frase que, ao certo, não se sabia se era um xingamento ou alguma prece para a pessoa ir embora logo, mas que era algo como *alandina*, *alabache*.

Diante dessas situações apresentadas sobre a convivência social, tanto da camada humilde da sociedade quanto da elite, o que percebemos é que paira uma dúvida acerca da representatividade do que seria a figura do cidadão, mas não o cidadão nesse contexto historiográfico social.

Após essa análise historiográfica das transformações espaciais, tanto na esfera administrativa, econômica, política quanto social, percebemos que havia uma separação de classes. Existia uma classe provida de direitos, como o de votar e ser votado, e essas pessoas eram consideradas elite; e a classe desprovida de direitos, composta por aquelas pessoas humildes e pobres da cidade.

Em outras palavras, podemos citar Carvalho (1996), que constituiu uma boa parte de seus estudos em buscar compreender o sentido da palavra ‘cidadania’ e o ‘ser cidadão’ dentro do contexto de sociedade. Esse estudo teve seu percurso de análise na sociedade europeia até chegar no Brasil e, principalmente, em Mato Grosso, ou seja, Carvalho trabalhou em seu texto as modificações da sociedade a partir das implementações de leis que eram estruturais e feitas pelos governantes que regiam as cidades.

Acreditamos, então, que essa concepção de ‘cidadania’ poderia estar atrelada ao poder político e, de acordo com José Antônio Pimenta Bueno (1978), quando ele faz uma análise dos Direitos Públicos Brasileiros e uma análise da Constituição do Império durante o século XIX, se baseia nas transformações ocorridas desde a Constituição Federal. Para isso, Bueno (1978) investiga a Constituição Europeia de 1791, que abrangia França, Bélgica, Áustria, Holanda e demais países europeus, e que contemplava os cidadãos nativos e inativos dessas regiões, tendo eles o direito de votar e de ser votado, exercendo sua democracia.

Segundo ele, a característica de cidadão político ou ativo era daqueles que podiam participar do exercício dos três poderes, tanto na imprensa política quanto na forma de organização política que dirigia as reclamações políticas de petições de governo. E esses direitos políticos poderiam ser reconhecidos pelo autor como direito civil, a saber o direito garantido pelo Código de Processo Criminal do ano de 1832.

De fato, a Constituição de 1832 abordava se o Poder Judiciário era composto pelos crimes civis, pelos juízes e jurados. Desta forma, o cidadão em sua participação como jurado participava de um modo direto do poder judicial exercido por um voto direito sobre um crime.

Acreditamos que essa análise de mudança estrutural política e social da cidade veio a culminar nessas mudanças em que a capacidade política a ser votada, entre os cidadãos e o Estado no Brasil durante o século XIX, foram a guarda nacional, o serviço militar, o serviço do júri e o recenseamento dentro do registro civil.

Trabalhando com essa perspectiva histórica do avanço, o Estado Oitocentista em direção a regularizar a sociedade como um todo de forma a secularizar as relações sociais, surgiram três medidas básicas de incentivos que despertaram de algum modo a ira da população: o alistamento militar, o registro civil e a introdução do sistema métrico.

Como já foi dito anteriormente, o alistamento militar só se concretizaria a partir de uma reação de Guerra, como houve na Guerra da Triplice Aliança. Nesse contexto, todos os cidadãos jovens seriam obrigados a se apresentar num quartel - anterior a esse fato, a decisão era voluntária de se fazer parte da corporação militar. Já a questão dos registro civil era uma situação menos tensa até então, pois nos anos de 1850, o governo fez aprovar uma lei que mandava fazer o primeiro censo demográfico do país para se compreender a espacialidade do Brasil e de seus habitantes, introduzindo, assim, documentos oficiais, como de registro civil de nascimento, casamento e óbitos, e todos esses registros deveriam ser feitos e registrados por um Juiz de Paz. Porém, nesse contexto de mudança, o registro de batismo religioso era mantido pelos registros civis.

Para finalizar a exemplificação da mudança judiciária ocorrida nos anos oitocentistas, temos a introdução do novo sistema de pesos e medidas, que provocou revoltas muito sérias nas populações. O Sistema Métrico foi adotado por lei no ano de 1862, mas com prazo de 10 anos em vigência, porém, no ano de 1871, houve uma reação contrária na cidade do Rio de Janeiro, quando os conceitos de peso e medidas foram quebrados e destruídos pela população, que se expressava dizendo 'quebra de quilo'. Contudo, a reação maior veio da zona rural, por volta dos anos de 1874, principalmente nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, e, após esses eventos, outras províncias se manifestaram nesse mesmo propósito.

Os exemplos acima são uma pequena amostra de como o cotidiano das cidades grandes e centrais estava servindo de modelo para aqueles que estavam passando por um processo de transformação e adequação ao novo regime jurídico e administrativo a nível nacional e estadual.

Em se tratando de Mato Grosso, percebemos que sua trajetória jurídica passou pelos olhares da Prof.^a Dr.^a Madureira (2010), que apresenta essa estrutura nova de governo jurídico em sua obra *O Sistema eleitoral no final do século XIX*. Sua base é após a Independência do Brasil, em 1828, quando as eleições para a escolha dos membros do Senado da Câmara de Vereadores possuíam características de Vilas, e sua representatividade era de uma administração do Sistema de Capitânicas.

Contudo, o mais importante nesse momento de mudança jurídica foi a instalação de capitais dentro das capitânicas, ou seja, servindo de modelo para as demais vilas. Porém as Câmaras recebiam títulos do Senado da Câmara, outorgados em geral, e isso se dava nas esferas Administrativa, Legislativa e Judiciária.

Procuramos apresentar de forma que aparecessem os homens e as mulheres de destaque social na vila, que vieram a ocupar cargos no interior do Senado da Câmara -

também designada de Conselhos ou Mesa de Vereação. Isso era um distintivo, gozando seus membros de inúmeras regalias, como o direito de prisão domiciliar e de se corresponder diretamente com o rei de Portugal (Silva, 2000).

De fato, a lei de regulamentação dessa eleição era normatizada pela Coroa Portuguesa através das Ordenações - legislação que regia todas as colônias lusitanas.

As Câmaras de Vereadores existiam em Portugal desde longa data, porém seu primeiro registro foram as Ordenações Afonsinas, que ocorreram durante os séculos XIII e XIV. O historiador Paulo Pitalunga Costa Silva (2000, p.13) descreve da seguinte forma: essa primeira Ordenação apenas disciplinou os deveres e direitos dos camaristas dessa instituição que há muitos séculos já vinha funcionando com direito, mais no antigo regime dos portugueses.

Ao analisar como foi a trajetória da regulamentação pelas Ordenações Filipinas, chamamos atenção para o Título 66 (1446), que nos referencia da seguinte forma:

Aos Vereadores pertence ter *cárrego* (encargo) de todo o Regimento da terra e das obras do Conselho, e de tudo que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem nas terras malfeitorias, ou que não é guardada pela Justiça, como deve, requererão aos Juizes, que olhem por isso. (Ordenações Filipinas *apud* Porto, Walter Costa, 1989, p. 8).

Considerando a afirmação acima em destaque, podemos dizer que a primeira Câmara a ser instalada no Brasil no dia 22 de Janeiro de 1532 foi na Vila de São Vicente, sobre a orientação do donatário Martim Afonso de Souza, que representava o poder lusitano no âmbito de cada vila, e isso abrangia Vila e seus Arraiais e adjacências. Dessa forma, cabia aos vereadores traçar algumas regras para que essas estruturas funcionassem de forma esplêndida em toda região.

- a) Tomar contas aos procuradores e tesoureiros do Conselho;
- b) Julgar, sem apelação, os feitos das injúrias verbais e de pequenos furtos;
- c) Taxar os chamados “ganhos honestos” de todos os ofícios mecânicos;
- d) Licitar as rendas da municipalidade;
- e) Advertir os oficiais régios e alcaides que recebessem foros ou direitos indevidos;
- f) Mandar fazer os cofres para as eleições e pelouros dos oficiais da Câmara;
- g) Baixar posturas que regulamentariam a conservação dos logradouros e instalações públicas;
- h) Taxar as jornadas de trabalho, calçados e gêneros;
- i) Coletar ou fintar quando as rendas dos Conselhos fossem insuficientes.

Salientamos que a esse conjunto dos Vereadores do Senado da Câmara se dava nome de Conselho Integrantes, e eles se estruturavam da seguinte forma:

- Juiz de Fora: seria um magistrado com título de bacharel em Direito, mas que era nomeado pelo Rei para que velasse pela justiça, parentesco e amizade dos moradores da Vila durante o século XVIII. Sua função era considerada para garantir a isenção no julgamento, presidido por eles dentro das Câmaras. Além de presidir o Senado da Câmara, os Juizes de Fora executavam devassas administrativas nos âmbitos público e privado, tendo por base as denúncias que recebiam.
- Juizes Ordinários: eles eram eleitos com o mandato de um ano, dentre os homens da Vila, e isso lhes dava a garantia das Cartas de Usanças, que possuíam uma autoridade superior à de um Capitão General, por exemplo. Essa função possuía a característica de administrar [...] a justiça do povo e tendo-se em vista o Direito Costumeiro, os Forais, que por ventura não poderiam ser de agrado do Poder Real e muito menos dos Juristas. (Código Filipiano apud Silva, 2000, p.37), de acordo com a historiografia consultada, o número de Juizes Ordinários era de dois por Vila, e isso lhes obrigavam a frequentar as sessões semanais do Senado da Câmara, e ao mesmo tempo, a proceder ao lado dos Vereadores em eleições trianuais dos seus integrantes.
- Juizes de Vintena: eram homens considerados bons em suas localidades, que por ventura possuíssem cerca de vinte vizinhos na vila. Sua função era diminuir as contendas entre os moradores na forma verbal dentro do conceito civil, e isso poderia acarretar em documentos por escrito que, logo em seguida, seriam encaminhados ao Juiz Ordinário - caso esse não estivesse disponível, seria o Juiz de Fora quem responderia o auto. Para tanto, essa função de Juiz do Arraial, “certamente era de grande utilidade na prestação da justice às pequenas causas e no desafogo processual dos Juizes de For a e Ordinários” (Silva, 2000, p 40).

A pesquisadora Silbene (2014), em sua dissertação de mestrado, apresentou uma outra forma de Direitos Civil e Jurídico, apresentado no espaço urbano de Cuiabá durante o século XVIII, e isso se deu a partir dos relatos historiográficos de Joseph Barboza de Sá, escritos no ano de 1769:

Neste mesmo ano levantou o Capitão Mor Jacinto Barbosa Lopes uma igreja à sua causa, coberta de palha, que logo serviu de freguesia no mesmo lugar em que se ache a que existe atualmente, dando-lhe o título de IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ. Neste lugar foi celebrada a primeira Missa pelo seu irmão, Padre Frei Pacífico dos Anjos, religioso franciscano. Consequentemente levantaram os pretos uma Capelinha a São Benedito no lugar que depois seria chamado “Rua do Se o”. Tal construção caiu em pouco tempo e não foi ma levantada.¹³

13. COMETTI, Pe. Pedro (SDB) Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso – Paróquia e Prelazia Volume I. Instituto Histórico geográfico do Mato Grosso e Academia Mato-grossense de Letras, Cuiabá, 06 de dezembro de 1996, p. 12.

Baseando-nos na citação acima, percebemos que a forma de organização administrativa da cidade, mediante ao movimento religioso negro-cristão acontecendo de forma espontânea, mais que dividia seus espaços sociais com a vida do homem branco. Representado pela fé em São Benedito como padroeiro da cidade, tinha-se um respeito pelas autoridades jurídicas, administrativas e sociais.¹⁴

Mas o que se percebe ao longo dessa história, é que esses espaços festivos entre negros e brancos sempre se cruzavam porque os seus limites territoriais religiosos eram próximos entre si. Assim, os negros aproveitavam esses momentos festivos religiosos católicos para comemorar com suas divindades negras, mas de forma tímida e clandestina, pois a cultura e a religiosidade africanas eram consideradas como atos profanos à fé cristã e, ao celebrar o dia de São Benedito, o santo negro, lhes remetia um significado de proteção dos escravos, os quais nunca esqueceram suas raízes culturais e religiosas.

As procissões feitas ao santo negro só podiam ser realizadas via permissão das autoridades e seguindo as determinações da lei:

Art. 1. As folias do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora da Boa Morte ou de São Benedito, ou indivíduos que conduzirem imagens ou registros de qualquer Santo, não poderão tirar esmolas nos municípios ou nas freguesias às em que tem que se realizar a respectiva, sem que para isso obtenham a necessária e indispensável licença do parócho ou da autoridade policial do município ou da freguesia em que tiverem de esmolar.¹⁵

Seguindo a análise desse registro historiográfico, esse tipo de folia religiosa só era permitido nos dias dos santos e cabia ao pároco da cidade, em conjunto das autoridades policiais, conceder a autorização para a realização desse cortejo de procissão, reza e esmola, mediante ao pagamento de uma licença para sua realização.

E nesse sentido de mistura de crenças católicas e de matrizes africanas, surge um outro momento de devoção, que são as lendas e estórias contadas e recheadas de memórias e experiências de vida reladas em rodas de conversa de pessoas mais velhas, que já viveram um passado de forma diferente.

Sendo assim, na região da Segunda Freguesia de Pedro II, que atualmente é o bairro do Porto, conta-se uma história de devoção e crença negra de um lugar chamado de cruz preta. A datação dos fatos em si não foi ainda explorada completamente, mas essa estória vive na memória de muitos moradores antigos desse local e, até mesmo, do dono da casa onde ainda permanece fixada essa cruz preta.

Uma cruz preta que já foi de aroeira e há muito tempo virou de ferro, fincada na calçada na rua Benedito Leite, quase na esquina com a rua Comandante Costa. Guarda-se muitas histórias, relatos e memórias de uma crença vivida há muito tempo. Ninguém sabe ao certo o que houve realmente, mas o que se ouve das bocas dos moradores antigos é que, no bairro da cruz preta, existia uma força mística. Há três versões para a estória.

14. SILVA, Octayde Jorge da. Cuiabá-São Benedito. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, Ano L, 1978, p. 48.

15. APEMT-Arquivo Público Estadual de Mato Grosso. Assembleia Legislativa do ano de 1888, nº 764.

A primeira conta que, todas as sextas-feiras neste local, eram encontrados vestígios de despachos feitos por negros que praticavam a fé nas matrizes africanas, como uma tenda feita simbolizando o terreiro de macumba, e neste local havia uma imagem do Preto velho, que era um símbolo de devoção e carinho espiritual, pois essa entidade trazia paz espiritual e até solução de problemas cotidianos a quem o procurasse.

A segunda hipótese dessa estória, é que nesse espaço havia um enorme tronco até onde os escravos das fazendas próximas eram levados para serem açoitados e punidos por algo que tivessem feito de errado ao seu dono.

A terceira hipótese da estória desse local conta que, certo dia, uma negra que estava sendo levada ao tronco pelo seu dono, e que era considerada queridinha por todos pela sua beleza física, pelos seus carinhos e chamegos, e todos os homens conhecia, como prostituta e vadia. Mas essa negra era escrava e possuía um dono bastante bravo da região. Certo dia, o dono da escrava com muita raiva dela, levou-a para o tronco com o intuito de puni-la por causa da sua beleza, e essa punição foi dada por várias chicotadas, que a feriram brutaemente, causando várias mutilações, ferimentos graves pelo corpo e, em poucas horas, sua morte. Quando alguns moradores locais, que gostavam da negra, souberam da tal estória ficaram revoltosos com a situação e foram até o local em forma de protesto e vingança, colocando fogo no tronco da aroeira, simbolizando a perda da escrava. Sendo assim, nesse mesmo local, foi erguido uma cruz preta em homenagem a essa mulher negra e escrava, que era muito querida pela população local e que nesse momento sofreu calada, pois não havia quem pudesse defendê-la de seu dono raivoso.¹⁶

Quanto à existência desse fato, a presente pesquisa não pôde dar a devida resposta, com profundidade nos fatos, pois o tempo de busca não era ábil para tanto. Entretanto, tudo nos leva a crer que ambas as estórias possuem alguma verdade historiográfica, pois, segundo os levantamentos já feitos sobre essa região, a presença negra e escravizada era de fato bastante presente, então, há indícios de que existia sim esse espaço religioso de fé africana.

Por outro lado, as duas últimas estórias se assemelham a um inventário da Dona Argemiza¹⁷, que nos afirma que essa localidade do bairro Porto era chamada, nos meados do século XIX, de Capão do Gama, ou seja, existiam ali vários sítios e chácaras que compunham este local, e essa dimensão territorial se dava desde a Ponte Nova da cidade de Várzea Grande, do municipal atual, passando por Cidade Alta, seguindo o contorno do rio Cuiabá, Porto Geral, até chegar no Coxipó da ponte, mais precisamente próximo ao comércio da Paiol materiais de construções.

16. Esses trechos de lendas urbanas entorno da fé africana foram retirados do site: <https://www.almanaquecuiaba.com.br/cuiabanidade/bairros/a-historia-passa-pelo-porto> no dia 30/10/2019 as 23: 14 hs.

17. INVENTÁRIO - Cartório do 2º Ofício- Serviço Notarial e Registral da 1º Circunscrição imobiliário da Comarca de Cuiabá Estado de Mato Grosso. Argemisa de Campos Figueiredo. Transcrição 41.055 as fls 219 do livro 3-AD em 04/05/1970. Matrícula 15.822 as fls, 017 do livro 2-BE em 04/09/1980. Matrícula 24.866 as fls. 124 do livro 2-CO em 28/05/1982. Transcrição: 35.957 as fls. 065 do livro 3-AB em 23/02/1968. Transcrição: 44.878 as 212 do livro 3-AH em 12/12/1971.

2 | METODOLOGIA

Para alcançar os resultados almejados, fez-se uma busca intensa sobre os documentos historiográficos em meados do século XIX, que correspondia aos anos de 1860-1888, e estas tais informações estão disponível para acesso tanto no Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, como também em microfimes de periódicos de jornais locais disponíveis para acesso no NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal do Mato Grosso, e também da biblioteca Central. Todos esses acervos compuseram a base de análise dessa pesquisa para compreensão do cotidiano de homens e mulheres que viveram nesse período historiográfico e que buscavam um sentido de viver diferente e alegre, os quais foram muito julgados por muitas famílias conservadoras desse período, e que consideravam essas ações cotidianas como badernas, turbulências à ordem pública e ao sossego familiar.

Sendo assim a base dessa pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, pois reuniu-se informações necessárias sobre como a sociedade cuiabana desse período se relacionava em suas diversidades culturais, sociais, econômicas, políticas, de segurança pública e educacional, abrangendo todos os níveis sociais existentes até então, e esse fator histórico social obrigou a população cuiabana a se adequar a certas limitações e regras de convívio sociais que pudessem amenizar esse choque cultural de divertimento e lazer criticados pela sociedade conservadora da época.

Sendo assim fez-se necessário uma análise investigativa e também interpretativa dos manuscritos, entre registros policias, nos periódicos locais em que apareciam as denúncias e reclamações de moradores locais sobre as perturbações ocorridas pelas manifestações de lazer e divertimento da camada pobre da sociedade cuiabana, pois de acordo com os levantamentos da pesquisa, a incidência de ocorrência de pessoas embriagadas, de perturbação com brigas e tentativas de homicídio eram atos vistos partindo tanto de homens quanto de mulheres que frequentavam esses ambientes de lazer.

Fez-se necessário também uma outra análise interpretativa dos manuscritos das atas administrativas, financeiras e governamentais para uma melhor compressão das rotinas e do convívio social dos moradores de Cuiabá, pois, de acordo com a temporalidade, a cidade estava passando pelo processo de transformação, deixando de ser uma cidade de característica colonial rústica para ser uma cidade moderna de estilo Imperial igual as outras cidades do Brasil, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, etc., que tiveram modificações nas estruturas físicas de casas, comércios e casarões, becos, ruas e travessas, como também na implantação do código de Postura, o qual regia a sociedade de forma protetiva no convívio social, afastando, assim, os perigos eminentes com algum morador baderneiro, boêmio e turbulento, reforçando, assim, a segurança pública das ruas tanto com os policiais quanto com os guardas de quarteirão, que faziam o patrulhamento das ruas diuturnamente.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está inserida no campo de pesquisa que corresponde à Linha III, intitulada *O ensino de História, Memória, Patrimônio e Subjetividade* do Programa de Pós-Graduação em História, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso, partindo, desta forma, para uma análise historiográfica sobre o modo de vida cotidiano de mulheres populares negras, brancas, escravas, forras, mestiças e libertas pobres da cidade de Cuiabá, que buscavam suas liberdades sociais, econômicas, culturais, familiares e amorosas dentro dos espaços urbanos considerados masculinos com intuito de diversão e lazer. Assim, buscou-se proporcionar uma abertura na reflexão entre o passado e o presente delas.

É e nesse contexto social em que o trabalho está inserido que se apresentarão histórias de vidas cotidianas dos mais variados tipos de mulheres que possuíam uma maneira diferente de viver a vida, de acordo com aquela temporalidade, e isso acabava categorizando-as como boêmicas, turbulentas, vadias e prostitutas. Isso se dava pelos seus comportamentos sociais em suas vidas particulares dentro da cidade e, principalmente, nos espaços considerados de diversão e lazer, que poderiam ser bares, tavernas, festas dos brinquedos, do cururu e do siriri, que aconteciam na região da Segunda Freguesia de Pedro II, em Cuiabá, por volta dos anos de 1860 - 1888.

Assim, a partir dessa explanação, somos remetidos para as reflexões e categorias conceituais elaboradas por Baudelaire¹⁸, que afirmou “[...] toda cidade em processo de transformação tem heróis e vilões, como os sujeitos do tipo urbano”. E esses sujeitos urbanos caracterizaram-se em vários personagens da história local, envolvendo as ruas cuiabanas a partir de suas atitudes e comportamentos humanos, que podem ser analisados através das fontes históricas encontradas no NDIHR e no APMT. Essas tais informações documentais nos fizeram revelações dessas ações cotidianas.

E por causa dessa movimentação constante de homens e mulheres nesses espaços de lazer regados a bebidas alcoólicas e com danças, sempre havia confusões, brigas, tumultos e, em alguns casos específicos, até mortes. Sendo assim foi, foi necessário implementar um controle social nesses espaços considerados “masculinos” que, mais tarde, foi chamado de Código de Postura. E essas medidas preventivas traziam para aquelas pessoas que não frequentavam e nem gostavam desses espaços, proteção, segurança, tranquilidade, paz e sossego.

Visando elucidar essas questões referentes ao controle social e às tentativas de implementação de uma nova identidade impostas pelo Estado e pela elite, bem como a resistência a esse processo, que a análise historiográfica foi necessária de forma bastante detalhada a ponto de identificar quais eram realmente os lugares, as festas dos brinquedos nas casas de livre acesso (que eram consideradas espaços de prostituição e de ações pecaminosas e ilícitas) daqueles outros espaços de divertimento familiar das festas de

18. BERMAN, Marshall. Baudelaire: o modernismo nas Ruas. In: _____. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 133.

brinquedos e batuques com ritmo de cururu e siriri, das quais muitas famílias pobres participavam com intuito de confraternização social, trocas de experiências e memórias de seu país de origem, de uma forma que pudessem matar as saudades dos seus entes queridos deixados para trás.

Dessa maneira, a participação social familiar nessas festas fazia com que muitos negros escravizados, forros, libertos revivessem seu passado de forma alegre e prazerosa, amenizando o seu sofrimento e a opressão do dia a dia por estarem inseridos em um país distante, com hábitos culturais diferentes e que entende essas manifestações de alegria e de lazer de forma preconceituosa.

Procurou-se organizar a narrativa desse trabalho de pesquisa tratando do cotidiano das pessoas pobres, populares e, principalmente, das figuras femininas que habitavam e moravam na Segunda Freguesia de Pedro II. Isso exigiu um intenso movimento interdisciplinar. Sendo assim, acreditamos ter reunido aqui várias percepções dessas vivências cotidianas urbanas dessas pessoas. O período analisado é bastante rico em sugestões de pesquisas e o próprio trabalho apresenta inúmeras variáveis que podem ser desdobradas em futuras pesquisas científicas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, vimos claramente as relações de convivência sociais se entrelaçarem em muitas vidas privadas em Cuiabá durante o século XIX. Saliento esses aspectos da prática do lazer ligada ao divertimento, que foram considerados lícitos ou ilícitos para algumas classes sociais distintas, pode ser vista claramente pelo comportamento das pessoas que viveram nesse período.

A história que se passa nesse ambiente urbano durante o século XIX na Província do Mato Grosso, retratando uma esfera de várias mudanças sociais em termos de comportamento humano, estrutura física da cidade em torno de seus espaços, é que vai abrindo um leque de várias possibilidades de atividade de trabalho e lazer populares, que, naquele momento, segue o rumo implementado através de código de convivência urbana chamado de Código de Conduta ou Postura de acordo com as regiões em expansão demográfica.

Tanto em Cuiabá quanto no restante do país, esse Código de Postura poderia privilegiar alguns cidadãos na forma de proteção, e os envolvidos pelo desejo da modernidade e, também, os legisladores que faziam partes da elite e que eram considerados “homens bons”, que por sinal estavam à frente da administração e, até mesmo, da economia da Província, estabeleciam as posturas de distribuição de regras que regulamentavam a vida dos cidadãos comuns. Diante disto, mesmo que esses homens considerados “homens bons” cometessem algum crime contra a ordem pública, eles ficariam presos ou teriam o mesmo tratamento que os demais cidadãos comuns.

A vida cotidiana dentro da cidade de Cuiabá possuía uma inquietude em relação aos estratos sociais ligados às práticas cotidianas dos segmentos populares envolvendo negros escravizados, forros, libertos, livres, mestiços e brancos pobres, sendo, assim, marcada pela a “necessidade” de vigiar suas condutas e ações sociais.

Art.56- É proibido a dança do batuque nas casas das povoações com algazarras de dia ou de noite, de sorte que incomode a vizinhança. Aquele que dera a casa sofrerá a pena de trinta mil réis, ou trinta dias de prisão, e os concorrentes de seis mil réis ou seis dias de prisão.

Art. 57- Semelhantemente ficam proibidos os batuques os pretos dentro das povoações. O infrator se for liberto, será castigado com trinta dias de prisão, e se cativo, com cem açoutes, e quebrados todos os instrumentos. (APMT. Coleção Códigos de Postura Municipal. 1832).

E essa intenção primada no sentido da disciplina ligada ao divertimento e ao lazer, envolvendo, muitas vezes, amizade, companheirismo, encontros e desencontros amorosos, que se faziam presentes nessas festas de batuques da camada mais humilde da sociedade citada acima, o que era visto como algo tenebroso em relação aos bons costumes.

Apesar de injunções rigorosas que se destinavam a classificar e a normatizar o território urbano, a resistência se fez presente, pois, como nos lembra Foucault (1995, p. 248), “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual”.

Praticamente, o cotidiano desses sujeitos históricos das classes pobres e dos escravos na cidade de Cuiabá foi analisado numa perspectiva a fim de ver como funcionava a organização do cotidiano deles em relação às práticas do divertimento/lazer em torno das festas dos batuques em ritmo de cururu e siri.

Isso acarretou numa análise da existência e da resistência sociais diante do sistema autoritário implantado e apoiado pelo Código de Postura vigente, e isso constituiu um universo cultural, onde homens e mulheres conviviam, marcado por amizade, carinho, amor, afeto, trabalho, respeito, como também por rixas, ódios, ciúmes e negociações.

Realmente, para afirmar o fato acima, houve uma junção de várias histórias de vida interpretadas pelos processos crimes do Cartório do 6º Ofício e do Tribunal das Relações, delimitando e, ao mesmo tempo, marcando suas histórias e memórias de vida pessoal. Esse trabalho procurou evidenciar suas histórias de vida sob um olhar diferente, colocando-as como parte integrante da história social da cidade de Cuiabá durante o século XIX.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Gustavo & MENZ, Maximiliano M. Resgate de mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). **Afro-Ásia**, p. 43-73, 2008, 37.

ALENCASTRO, Aníbal. **Cuyabá: história, crônicas e lendas**. São Paulo:Yangraf.2003

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a História 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para hegemonia do capital financeira**. São Paulo: 1985.

AMORIM, Marcos Lourenço. **O “Segundo Eldorado Brasileiro”, navegação fluvial e sociedade território do ouro. De Araraguaba a Cuiabá (1719-1838)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS-Departamento de História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.

ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. 2004. Tese (Doutorado em História) – nome do departamento, Universidade de Brasília, 2004.

ARRUDA, Elmar Figueiredo. **O mercado interno de Mato Grosso – século XVIII**.1987. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica 1987.

ARRUDA, Maria Auxiliadora de. **Escravidão Urbana da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: Limites e possibilidades**. 2009. Dissertação (Mestrado em) –Universidade Federal de Mato Grosso 2009.

BARBOSA, de Sá. J. **Relação das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os Presentes Tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/SEC., 1975.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. **Expansão territorial do Brasil colônia no vale do Paraguai (1767-1801)**. 1972. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (org.). **Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

BLAU, Alessandra R. **O ouro vermelho e a política de povoamento na capitania de Mato Grosso: 1752- 1798**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Mato Grosso, 2007.

BORREGO, Maria A. M. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**.2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

BRANDÃO, Jesus da Silva. **História da Navegação**. Cuiabá-MT: Ed. Livro Mato-grossense, 1991.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1748)**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, local, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. **In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979. p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração de excedente”. **In: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). Modos de produção e realidade brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1980. p.

CARRARA, Angelo Alves. Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850). **Estudos de História**, Franca, v. 08, n. 2, p. 81-97,2001.

CARVALHO, Francismar A. L. de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII).** 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. **A sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890)**/Else Dias de Araújo Cavalcante. 2003.

CHAMBOULEYRON, Rafael & MELO, Vanice Siqueira de. Governadores, índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 167-200, 2013.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas, tomo II.** Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009.

CORREA FILHO, Virgílio. **Formação Histórica: lutas pertinazes. In: Fazendas de Gado no Pantanal.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Documentário da Vida Rural, n.º 10).

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanais mato grossenses. Devassamento e ocupação.** Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

COSTA, Maria de Fátima. **Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI e XVIII.** 1997. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Monções. Rio de Janeiro: Casa do Estante do Brasil, 1945.** (Coleção Estudos Brasileiros).

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. **Nota da 2ª edição. Monções.** 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª, vol. 8).

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP,1996.

LE GOFF, Jacques. **Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807.**Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. **A capital de Mato Grosso.** 1992.174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). **Sergio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/ Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

REGO, Maria do Carmo de Mello. **Lembrança de Mato Grosso**. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993. Coleção Memórias Históricas, Volume 1.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil**. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, s/d,

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre - RS: EDUFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte – MG: Autêntica.

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. **Relatos Sertanistas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 34 _ Relatos Monçoeiros. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. Vol. 33).

TAUNAY, Afonso d' Escagnolle. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo I, II, III).

CAPÍTULO 3

A RAINHA E O TAMBOR: ELEMENTOS FUNDANTES DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA ESCOLA

Data de aceite: 01/02/2021

Patrícia Pereira de Matos

Universidades Estadual Vale do Acaraú – UVA
Fortaleza, Ceará, Brasil

RESUMO: Este artigo nasceu da estranheza apresentada por docentes e discentes ao ver um tambor. Este trabalho de pesquisa intervenção tem como objetivo relatar a experiência de debates e estudos realizados no ano de 2015 em escolas públicas municipais de Fortaleza a partir da ojeriza apresentada por alguns estudantes e alguns professores por este artefato negro que simboliza tão fortemente a presença africana e afro-brasileira. Ao longo dos debates percebemos a importância e a urgência de conhecer, difundir e valorizar o legado dos povos advindos da África para o Brasil. O tambor fala comunicando heranças ancestrais, interligando histórias e culturas ao longo de gerações. O tambor entrelaça ritmos, danças, falares, saberes, pessoas, que expressam suas lutas e resistências, resiliência por meio da corporeidade, musicalidade, circularidade, memória valores civilizatórios africanos que ressoam em nossa alma aos sons dos atabaques que convidam os antepassados divinizados a se confraternizarem conosco. Esses mesmos ancestrais se organizaram na família religiosa sistematizada pelas princesas nigerianas Ya Nasso, Ya Deta, Ya Kala (Nação Ketu) e por Na Agotime, a rainha do Daome (Tambor de Mina).

Nos debates discentes e docentes perceberam a importância da religiosidade africana para a implementação da Lei 10.639-2003.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência, Musicalidade, Oralidade, Identidade, Currículo.

ABSTRACT: This article was born out of the strangeness presented by teachers and students when seeing a drum. This intervention research work aims to report the experience of debates and studies carried out in 2015 in municipal public schools in Fortaleza from the disgust presented by some students and some teachers for this black artifact that symbolizes the African and African presence so strongly -Brazilian. Throughout the debates, we realized the importance and urgency of knowing, spreading and valuing the legacy of peoples from Africa to Brazil. The drum speaks communicating ancestral inheritances, linking stories and cultures over generations. The drum intertwines rhythms, dances, talks, knowledge, people, who express their struggles and resistances, resilience through corporeality, musicality, circularity, memory African civilizing values that resonate in our souls to the sounds of drums that invite the deified ancestors to become fraternize with us. These same ancestors were organized in the religious family systematized by the Nigerian princesses Ya Nasso, Ya Deta, Ya Kala (Nação Ketu) and by Na Agotime, the queen of Daome (Tambor de Mina). In the debates, students and teachers perceived the important African religiosity for the implementation of Law 10.639-2003.

KEYWORDS: Resistance, Musicality, Orality, Identity, Curriculum.

INTRODUÇÃO

O Tambor Falante

“Ouvi tambor no mar

Ouvi tambor no mar

Ê Mina ê ê Mina

Ê Mina ê ê Mina”

(Afoxé Akomabu – MA)

O tambor toca no ritmo do coração “oi tum, tum bate coração, oi tum coração pode bater.” No compasso do corpo emite emoção, empoderamento, pulsação, luta, grito por liberdade afinal “o meu tambor não se cala não! A minha voz não morre jamais!” É assim que temos estabelecido a implementação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar: por meio do canto, do conto, da oralidade que ressoa ao som dos atabaques.

O tambor fala comunicando heranças ancestrais, interligando histórias e culturas ao longo de gerações. O tambor entrelaça ritmos, danças, falares, saberes, pessoas, que expressam suas lutas e resistência, resiliência por meio da corporeidade, musicalidade, circularidade, memória, valores civilizatórios africanos que ressoam em nossa alma.

“O meu tambor não se cala não, a minha voz não morre jamais” Falar de cultura negra, dos “marcadores das africanidades” (ALVES e PETIT, 2015, p. 139), de combate ao racismo, de empoderamento de indivíduos é não deixar que o tambor pare. Aqui buscamos o não esfriamento do nosso legado:

“Os tambores estão frios, gente! Os tambores estão frios! A perda de referenciais simbólicos tem contribuído para o “esfriamento” dos tambores, em decorrência da diluição dos saberes antigos e do desinteresse das novas gerações. (PEREIRA, 2005, p;15)

Em dois anos de sistemáticos trabalhos em escolas do município de Fortaleza, a tentativa de silenciamento do tambor e seu legado é violentamente explícito na expressão “macumba” ou ainda na expressão “macumbeiros”. O reducionismo dado a esse artefato negro é preocupante, visto que revela a intolerância religiosa com as manifestações de matriz ancestral africana. Aqui, entenda-se Umbanda e Candomblé em todas as suas nações.

Importante ratificar que a intolerância religiosa é uma modalidade de racismo visto que as influências africanas e indígenas estão intrinsecamente estabelecidas na formação da umbanda e do candomblé em todas as suas variações. Preocupa-nos enquanto fazedores de cultura, pesquisadores e educadores o temor que os jovens revelam ao fazer “o pelo sinal” ou “sinal da cruz” com os dedos ao iniciarmos o diálogo sobre organizações negras tais como maracatus, afoxés, boi-bumba, cocos, cacuriá, lundu, jongo, entre outras

manifestações de luta, organização do nossos ancestrais negros que tem no tambor seu elemento fundante.

Neste artigo queremos revelar a importância do tambor para a luta e o empoderamento das pessoas, observemos o que nos diz o canto do Afoxé Oxum Pandá:

Quando você ouvir o tambor
Venha depressa é festa nagô
Festa de ritmo e de sabor
Balanço gostoso é Festa nagô

Vim pra vadiar, vim pra vadiar
Dance comigo meu bem o ijexá
O toque do agogô é luz na escuridão
O som do meu tambor descompassa o
coração
Olinda se ilumina, axé na multidão
No ritmo do afoxé gira o mundo inteiro
irmão.

(PANDÁ, Oxum. Festa Nagô-PE)

Podemos compreender, na letra da música, o que o tambor comunica para os indivíduos: “festa nagô, balanço gostoso e toda a cidade se ilumina ao som do Ijexá”. Ora, partindo desse pressuposto da importância do tambor para fomentar e manter as tradições da diáspora negra, como explicar a negação, o silenciamento e o medo desse artefato no ambiente da escola? Ambiente esse que deverá interagir com a diversidade histórico cultural dos povos? Há de se refletir sobre a importância basilar do tambor para o currículo escolar.

Esse trabalho de pesquisa buscou embasamento teórico para referendar a urgência de romper o racismo institucional na escola. A partir dos estudos de Edmilson Pereira que nos diz que “Os tambores são considerados os instrumentos mais importantes porque representam a voz do ritual.” (PEREIRA, 2005:102) O maranhense Sérgio Ferreti defende que “bater o tambor reafirma vínculos genealógicos com os fundadores, acentuando sua identidade.” (FERRETI;2009: 29) Isabel Allende em seu livro *A ilha sob o Mar* nos revela com suavidade e profunda beleza que “o seu melhor remédio era a música. Seus gemidos se transformavam em riso ao som dos tambores.” (ALLENDE; 2011:8) Sandra

Petit defende no referencial metodológico Pretagogia que “ ao executarmos danças de matriz africana, conectamo-nos com os ancestrais, desde os mais remotos tempos de uma civilização milenar, que nos traz as vivências das rodas, debaixo de árvores frondosas, nos terreiros, quintais e praças.” nos diz ainda que “dançar, na perspectiva afroancestral aqui tratada, remete a uma visão circular do mundo, na qual início e fim se encontram, em eterna renovação.” (PETIT, 2015:72) Essa visão circular é conduzida por um diálogo com o tambor. Que conduz a dança, conagraçamento, confraternização, estar em diálogo com os iguais e com os diferentes “ A dança é também o que nos faz transcender a dor, a angústia, a humilhação, a tentativa de redução e aniquilamento, lembrando-nos de quem somos, gerando a força espiritual que engrandece, potencializa e sacraliza”. (PETIT, 2015:74)

Dialogando Através do Tambor

“Os tambores vencem o medo. Os tambores são herança da minha mãe, a força da Guiné que está em meu sangue. Ninguém então pode comigo, torno-me incontrolável.” (ALLENDE,2011:7)

A protagonista do romance histórico “A Ilha sob o Mar” referenda ao longo da narrativa a importância do tambor para superar medos, tristezas, doenças. Tornando-a conhecedora de quem ela é, de sua história, de seus territórios e de seu pertencimento enquanto mulher negra. Os projetos pedagógicos das escolas defendem um indivíduo crítico, participativo, democrático. Ora, se o tambor auto-afirma as pessoas, por que ainda evitamos sua utilização no espaço escolar?

Nos componentes curriculares dos cursos de licenciatura estudamos a importância do movimento, da musicalidade, do ritmo para o pleno desenvolvimento das crianças e de suas aprendizagens física, psíquica, emocional, cognitiva. Os estudos sobre africanidades falam que “a música é um fator de manifestação de orgulho, de auto-estima e de identidade social”. (FERRETI, 2009:26). Entendemos que, quando a criança e o jovem estão fortalecidos de sua cultura, de seu pertencimento, a aprendizagem e a superação dos desafios acontecem de forma plena, afinal “o seu melhor remédio era a música. Seus gemidos se transformavam em riso ao som dos tambores” (ALLENDE, 2011: 7-8)

No convívio comunitário, e pelo movimento dançante, a centelha do movimento ancestral é revivificada sempre que ouvimos o apelo da vibração divina do coração pulsante que é o tambor, som primordial, gerando transformações poderosas (PETIT, 2015: 78)

É isso que queremos: transformações poderosas que a vivencia do diálogo com os tambores nos proporcionam e nos situam histórica, política, filosófica, culturalmente no mundo, aceitando a nós mesmos e aos outros, conhecendo o legado que povos bantus, jejes, fon, ewé-fon, yorubás, fulanis, mandigas, ashanti, entre outros, trouxeram para o Novo Mundo. Não reduzindo toda a contribuição desses povos ao termo racista “macumba”. A escola é um ambiente propício para esse diálogo.



Foto: Acervo de Patrícia Matos

Nas imagens acima, observamos a interação, o diálogo de jovens e adultos com o tambor, vivenciando a leveza, a beleza de se expressarem na cadência dos ritmos étnicos brasileiros, esses mesmos ritmos que revelam a magnitude “de um povo sofrido de rara beleza que vive cantando, profunda grandeza” (PACHECO: 1982) Na musicalidade brasileira ouvimos os contos dos antepassados que, mesmo em situação de dor, mantiveram as tradições vivas ao longo de trezentos anos.

O Tambor da Rainha é de Mina

Vim de Luanda meu pai é rei
Eu sou princesa negra minha palavra é Lei
Traz tapete vermelho que eu quero passar
sem pedir licença da mamãe Oxum, herdei
altivez, sedução e beleza hoje a ordem
do dia é vir com meu povo a dançar afoxé
Bate bate o tambor que é na palma da mão
Que é na ponta do pé
(Afoxé Oxum Panda - PE)

Novamente a musicalidade exalta a força do tambor para valorização, salva guarda do patrimônio negro brasileiro, assim como o patrimônio de África na diáspora. A letra da música sinaliza a relação do instrumento de percussão com a realeza africana, realeza essa responsável pelos segredos das religiões ancestrais que cultuam os antepassados divinizados. O antropólogo Sérgio Ferreti reflete sobre as religiões de ancestrais africanas como “elemento de resistência cultural e preservação da identidade de um grupo.” (FERRETI, 2009:10) Nesse tópico queremos situar a religiosidade africana e afro-brasileira

para romper com a intolerância religiosa, motivo que fomenta medo e ojeriza em alunos, professores e gestores ao verem o tambor, fato já discutido no tópico anterior. Nosso desejo é fortalecer a urgência de conhecer a história de lideranças negras que foram divinizadas por suas lutas e por conduzirem a espiritualidade de seu povo afinal “A religião relaciona-se com o modo de pensar e agir das pessoas, com o seu modo de conhecer e compreender o mundo e de se comportar diante de outras pessoas.” (FERRETI, 2009, p.10)

Poderíamos falar sobre as relações dos tambores que resguardaram e fortaleceram o reinado de lideranças tais como Nzinga Mbandi , rainha de Angola, Yá Nassô, Yá Detá, Yá Kala , as três princesas nigerianas que sistematizaram o Candomblé de Nação Keto. Mas nos ateremos a falar um pouco sobre Na Agontimé, a rainha do Daomé, atual Benim.



Fotos: <https://www.google.com.br/>

Por qual motivo conhecemos muito sobre a Rainha Elizabeth, sobre a Princesa Isabel, contudo nada sabemos sobre Na Agontimé? (da esquerda para direita) Por quê em nossos livros de história nunca estudamos sobre a Rainha Daomeana, mãe do Príncipe Guezzo? Na Agontimé, trazida para o Brasil com sua corte condenada a deportação

Em 1985 a UNESCO organizou em São Luís um colóquio internacional para discutir Sobrevivências das tradições religiosas na América Latina e Caribe. Maurice Glélé, natural do Benim, descendente da família do antigo Reino do Daomé, então Diretor da Divisão de Estudos e Divulgação de Culturas daquele órgão, representou, no Colóquio, o Diretor Geral da UNESCO e esteve São Luís algumas vezes no período preparatório ao encontro. Na primeira vez que fomos com ele a Casa das Minas, quando saímos, muito emocionado ele nos disse que aquele é um templo muito sério, que continua as tradições de seu país e que o culto do vodun não é folclore. (FERRETTI, Sergio; Beija-Flor e a Casa das Minas. 2001)

Para Nunes Pereira a Casa das Minas é “uma sociedade africana transplantada para o Brasil.” (1979:17) “O panteão dos ancestrais reais cultuados na afamada Casa das Minas indica as origens do terreiro ligadas desde sua fundação à vinda de parentes do Rei Guezo ao Brasil. Além disso, ela caracteriza as diversas dinastias reais. (LUZ.2000: p;90)

Novamente a musicalidade brasileira enaltece a história da diáspora negra brasileira. O maracatu Vozes da África no estado do Ceará homenageia a rainha daomeana

Foi Na Agontimé
Nossa rainha que veio fundar
Um reino pro seu filho Guezzo
Querido aqui do outro lado do mar
Ogãs tocam tambor, é tambor de Mina
Cortejo real, Voduns, Abomé
Salve Na Agontimé[...]
(NERI.2014)

Com a beleza plástica do teatro, o maracatu cearense leva para as ruas, assim como para as praças, a história da rainha daomeana Na Agotimé. Contudo, o currículo escolar ainda se omite à esse conhecimento. Da mesma forma a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, em 2011, leva para o sambódromo a saga da rainha em seu enredo “sou Beija-flor e o meu tambor tem energia e vibração, vai ecoar em São Luís do Maranhão. Maria Mineira Naê, Agontimé do Clã de Daomé e na luz de seus voduns, existia um ritual de fé, mas isolada do reino um dia, escravizada por feitiçaria, diz seu vodum que o seu culto num novo mundo renasceria.” (Beija-Flor:2001)

CONCLUSÕES

Sabemos que é urgente a implementação da Lei 10.639 de 2003 no currículo escolar mesmo após treze anos da publicação da referida Lei as ações ainda são pontuais. Nas instituições escolares fala-se muito de mediação de conflitos, mas evita-se falar de racismo, homofobia, intolerância religiosa que são os reais motivos geradores de conflitos. É constrangedor a tempo que instigante a redução da cultura, da filosofia, de todo legado negro africano e diaspórico à palavra MACUMBA, aparentemente simples, mas que contem um forte teor de exclusão e preconceito. Mais intrigante ainda é relacionar uma pessoa vestida com roupas brancas e trazendo um tambor à condição de macumbeira. Com os ciclos de debates, palestras e oficinas temos refletido juntamente aos professores, estudantes, gestores, funcionários sobre nossa história negra de forma positiva, lúdica, com a forte presença do artefato negro TAMBOR.

Compreendendo que, segundo Raul Lody, a marca principal das africanidades é a religiosidade, o sagrado. “O mundo afro busca comunicar, manifestar cada palavra, cada receituário gastronômico, expressando profunda sensibilidade no ato de experimentar um

acarajé, ouvir um samba-de-roda, uma toada de maracatu”, o sagrado no mundo afro é compartilhado com total e compreensiva humanidade. O homem é um ser relacional com tudo o que ele puder conviver, transformar e principalmente entender.” (LODY, 2006:7-9)

Docentes e discentes compreendem essa discussão, quando ela acontece de fato no espaço escolar. O conhecimento entra e o medo, a intolerância religiosa saem quando estudamos, refletimos, conhecemos a verdade dos fatos e essa mesma verdade nos revelam uma nova perspectiva de romper paradigmas racistas da sociedade brasileira. Queremos citar algumas falas de alunos e professores: “Agora posso dizer que o conhecimento liberta, minha família é evangélica de berço e eu nunca falei sobre a história da África e Afro-brasileira devido a isso. Com essa formação eu compreendi que precisamos estudar mais” (Gestora pedagógica de Maracanaú) “Vimos na internet pessoas dizendo que é heresia quando falam chuta que é católico, mas quando falam chuta que é macumba ninguém diz nada. Banalizam” (Aluna do 7º ano de uma escola em Fortaleza) “Então os voduns são como os meus avós? Não quer dizer que são do mal. (Aluno da EJA – Fortaleza) “Vocês me fizeram lembrar do meus ancestrais.” (Merendeira maranhense em uma escola de Maranguape.) “Nós somos evangélicos, mas sabemos a importância da implementação do estudos das relações étnico-raciais no currículo.” (Coordenador e professora que solicitaram o trabalho na escola de Maranguape). Temos assessorado com formação continuada três escolas públicas municipais em Fortaleza, a Secretaria de Educação de Maracanaú há sete anos, ampliando o debate que se iniciou com professores das disciplinas de história e geografia para todos o ensino fundamental e uma escola privada.

Todas as nossas ações tem como base fundante o diálogo com o tambor, com a música que ecoa do tambor e com as rainhas que por meio do tambor mantém as tradições de matrizes africanas e afro-brasileiras pulsantes.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, Isabel. **A ilha sob o mar**; tradução Ernani Ssó. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

FERRETI, Sérgio. **Querebentã de Zomadônu**: etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 3ª edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

_____. **Beija-Flor e a Casa das Minas**. 2001

LODY, Raul. **O Povo de Santo**: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inkices e caboclos. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006. (Raízes)

LOPES, Edmundo Correia. **A propósito da Casa das Minas**. Atlântico, Revista Luso-Brasileira, Lisboa, 1947. P78-82. Reeditado In: PEREIRA, M.Nunes, A Casa das Minas. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

ALVES, Maria Kellynia Farias. PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia**, pertencimento afro e os marcadores das africanidades: conexões entre corpos e árvores ancestrais. IN: Memórias de Baobá II/ Adilbênia Freire Machado, Maria Kellynia Farias Alves e Sandra Haydée Petit (Org). Fortaleza:Imprece, 2015.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Os tambores estão frios**: herança cultural e sincretismo religioso no ritual de candombe. Juiz de Fora: Funalfa Edições; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

PETIT, Sandra Haydé. **Pretagogia**: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei 10.639/03. Fortaleza:EdUECE,2015.

Letras da Música

Célia Sampaio. Álbum: Não **Há Silêncio**. 1997

Edil Pacheco. Ijexá. Disco: Nação. 1982

Elba Ramalho. Bate Coração.

Os Sambas da Beija-Flor de Nilópolis. Maria Mineira Naê. 2006

Jeane Siqueira. Festa Nagô. Afoxé Oxum Pandá-PE

_____ Princesa Negra. Afoxé Oxum Pandá.

Fernando Neri. Na Agotimé. 2014

CAPÍTULO 4

POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA PARA A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA INDEPENDENTE NO BRASIL E SEU IMPACTO NA AUTONOMIA CRIATIVA: UM BALANÇO DESDE A RETOMADA

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Ellen Barbosa Abreu

Universidade de São Paulo, Escola de Artes,
Ciências e Humanidades
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/2527005464401710>

RESUMO: A presente pesquisa consiste na análise de dados econômicos do cinema brasileiro desde o início da década de 1990, com o objetivo de verificar a efetividade da Política Nacional do Cinema (PNC), através da análise do impacto que os recursos de fomento e incentivo possam ter gerado no setor sob o prisma desenvolvimentista, e a interferência acarretada por esse sistema na autonomia criativa e estética dos filmes independentes. Os dados abarcam: i) os valores captados por obra através dos mecanismos públicos; ii) número de espectadores e receitas em bilheteria, quando da exibição em salas de cinema; iii) percentuais de retorno financeiro das obras que utilizaram investimentos pelo Fundo Setorial do Audiovisual (FSA); e iv) existência ou não de coprodutor, e possível relação mantida com tais parceiros, além de comparativo das bilheterias de filmes estrangeiros durante os mesmos períodos. A principal hipótese é que a política analisada não obteve êxito quanto ao propósito de alavancar a autossustentabilidade financeira das produtoras de filmes independentes, e os dados apontam

para uma presença maior de coprodutoras não independentes entre as produções que obtiveram mais êxito em receita de bilheteria, ou no retorno financeiro ao FSA. Essa correlação sugere que empresas não independentes possam ter criado um modelo de negócios baseado em coproduções com empresas independentes que possivelmente favorece o desempenho econômico dessas obras. Na mesma esteira, entre as obras com menores resultados em termos de receitas, não se verifica uma conjugação de esforços entre produção e distribuição, além de grande presença de obras mais voltadas aos circuitos alternativos.

PALAVRAS-CHAVE: Política cinematográfica, Produção Independente, Filme brasileiro.

DEVELOPMENTAL POLICY FOR INDEPENDENT MOVIE PRODUCTION IN BRAZIL AND ITS IMPACT ON CREATIVE AUTONOMY: ANALYSIS SINCE THE RESUMPTION

ABSTRACT: This research investigates the economic data of Brazilian cinema since the beginning of the 1990s, for the purposes of verifying the effectiveness of the National Cinema Policy, through the analysis of the impact that the resources of promotion and incentive may have generated in the sector from a developmental perspective, and the interference caused by this system in the creative and aesthetic autonomy of independent films. The analysed data includes: i) resources used to produce the movie from public funds; ii) number of spectators and box office receipts in cinemas; iii) percentages of financial

return on movies which used investments by the Sectorial Audio-visual Fund; and iv) eventual existence of a co-producer, and possible relationship maintained with such partners, in addition to comparing foreign film box offices during the same periods. The main hypothesis is that this policy was not successful in terms of leveraging the financial self-sustainability of independent film producers, and the data suggests to a massive presence of non-independent co-producers among the productions that were more successful in their revenue, or financial return to the Sectorial Audio-visual Fund. This association suggests that non-independent companies may have created a business model based on co-productions with independent companies that possibly benefits the economic performance of these works. Likewise, among the works with the lowest results in terms of revenue, there is no combination of efforts between production and distribution, in addition to the great presence of works focused on alternative circuits.

KEYWORDS: Film policies, Independent film, Brazilian film.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consiste na análise dos resultados da política voltada à produção audiovisual brasileira independente, no sentido de aferir seu êxito sob o ponto de vista desenvolvimentista.

A problemática investigada nasce justamente no fato de o Estado construir um sistema para o desenvolvimento econômico de empresas que são baseadas em um modo de produção que, em tese, não deveria atender aos interesses de mercado, ou seja, a conceituação legal de produção independente colide com o conceito artístico, o que, aparentemente, faz com que o produtor tenha sua liberdade artística prejudicada.

Seguindo a premissa de que a produção independente se caracteriza pelos seus aspectos intrínsecos, ao contrário do estabelecido pela política, que define o conteúdo independente objetivamente segundo critérios extrínsecos, a hipótese é no sentido de que a política para o cinema não tenha alcançado sucesso do ponto de vista desenvolvimentista, e que as obras que efetivamente alcançam autossustentabilidade financeira são aquelas concebidas para tanto, com maior apelo mercadológico e, portanto, que não se enquadrariam no conceito artístico de filme independente.

A efetividade dessa política diante do paradoxo existente na conciliação de interesses mercadológicos, voltados ao desenvolvimento de um setor, mantendo a autonomia criativa e estética dessas produções, é justamente o cerne da presente pesquisa, que buscou trabalhar os dados de mercado com o objetivo de avaliar se o setor realmente se desenvolveu e alcançou autossustentabilidade econômica, até que ponto a PNC foi responsável por este suposto desenvolvimento, e ainda, a forma como esse viés comercial pode interferir na independência criativa do produtor.

21 ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO

Como forma de delimitar quais são os fatores que interferem para que o filme de produção independente brasileira tenha autossuficiência financeira, foram analisados dados relativos ao desempenho econômico das obras cinematográficas realizadas por produtoras que efetivamente captaram recursos oriundos de mecanismos de incentivo, por meio de fomento direto ou incentivo fiscal, na esfera federal.

A abordagem adotada segue o pressuposto que, embora o cinema brasileiro apresente resultados significativos em número de lançamentos, a participação dessas produtoras no mercado não segue a mesma proporção quando o aspecto analisado é o rendimento de suas obras. Como exemplo, verificamos o informe dos dados de mercado divulgados pelo Filme B, pelo qual se verifica que, dos 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) filmes lançados no Brasil em 2017, 139 (cento e trinta e nove) são brasileiros (cerca de 30%). No entanto, quando avaliados os quesitos público e renda de bilheteria, a produção brasileira permanece em uma posição ainda muito inferior, especialmente se comparado ao cinema americano que, no mesmo período, teve 150 (cento e cinquenta) filmes lançados no território brasileiro (FILME B, 2018b).

A nítida diferença ainda existente entre o percentual da participação dos filmes brasileiros lançados e a efetiva participação desses filmes no mercado evidencia não só uma lacuna na política cinematográfica vigente, como também um aparente desinteresse do público por esses filmes. Assim, o recorte proposto para a análise de mercado buscou segregar diferentes aspectos que envolvem desde o processo criativo dos filmes às estratégias de mercado para a distribuição e comercialização desses produtos, a fim de delimitar quais fatores influenciam no sucesso econômico de uma obra cinematográfica e, conseqüentemente, com inserir esses elementos na política do cinema para a efetividade do seu caráter desenvolvimentista.

O objetivo da análise foi localizar informações sobre cada obra que recebeu recursos de mecanismos de incentivo para, então, identificar elementos comuns entre obras que obtiveram lucro e obras que não auferiram receita de bilheteria suficiente para cobrir o custo de produção, ou, pelo menos, equivalente aos recursos públicos investidos no orçamento da obra, de modo a traçar os diferentes perfis de produções cinematográficas que captam recursos junto à Agência Nacional do Cinema (ANCINE) através dos mecanismos destinados à produção independente.

2.1 Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

A análise de dados do mercado brasileiro foi realizada com base nas informações de captação e público disponibilizadas no Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA). O Observatório é um site criado pela ANCINE em 2008 para a difusão de dados e informações qualificadas produzidas pela Agência, a partir dos resultados de sua atividade

de fomento, cuja atuação encontra-se, conforme definido no próprio site, “em consonância com o objetivo estratégico da ANCINE de aprimorar a geração e disseminação de conhecimento do Setor” (BRASIL, 2018a).

O recolhimento de dados faz parte das atribuições da ANCINE, pois as informações são fornecidas pelo próprio mercado no momento de cumprimento das obrigações legais conferidas ao setor ou no momento da utilização de qualquer dos mecanismos de fomento existentes.

É importante destacar que, tendo em vista o dinamismo do setor, as informações disponíveis no Observatório não são categóricas, de forma que os valores captados por obra ou o resultado de sua bilheteria, por exemplo, sofrem alterações a depender do período apurado.

2.2 Dados Consolidados desde a Retomada

Embora a Política Nacional do Cinema tenha sido formalmente estabelecida com o começo da ANCINE, em 2001, o período da retomada começa a apresentar seus resultados a partir de 1995, quando foram lançadas as primeiras obras que utilizaram recursos advindos da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual, ambas criadas em 1993. O levantamento apresentado a seguir se baseia na conjugação de dados divulgados pelo OCA (BRASIL, 2018c) e data base Brasil (FILME B, 2018a).

Nesse primeiro ano, dos 14 (quatorze) filmes brasileiros que entraram em cartaz nos cinemas, 3 (três) tiveram projetos aprovados e captaram recursos incentivados pelo artigo 1º da Lei do Audiovisual, dois dos quais cumularam também recursos pelo artigo 18 da Lei Rouanet.

No ano seguinte, a presença nacional nas telas subiu para 18 (dezoito) estreias, sendo que 10 (dez) delas contaram com a utilização de recursos das leis de incentivo, e aparecem os primeiros filmes com utilização do artigo 3º do audiovisual. O mercado nacional se manteve em constante crescente até o ano de 1999, tanto no número total de lançamentos quanto na quantidade de obras produzidas com recursos das leis de incentivo e, apesar da pequena queda no ano 2000, a utilização de recursos dessas leis esteve presente em cerca de 72% dos lançamentos até 2001. Desde a retomada até o final de 2017, foram lançados cerca de 1558 (mil quinhentos e cinquenta e oito) filmes brasileiros, dos quais pelo menos 1085 (mil e oitenta e cinco) utilizaram algum tipo de fomento público, indireto ou direto.

Vale lembrar que é em 2001, com a criação da ANCINE, que se estabelece oficialmente a política de valorização da produção independente e, com isso, os critérios de captação e potenciais utilizadores de recursos públicos foram reformulados. Este cenário altera drasticamente os modelos de negócios do mercado audiovisual brasileiro, e assim, começam a surgir modalidades novas de coprodução, tanto para a televisão, como para o cinema.

Esta mudança é evidenciada quando se verifica o início da presença da Globo Filmes, empresa do Grupo Globo, como empresa coprodutora minoritária, no ano de 2004, em dois filmes coproduzidos, tendo como produtora majoritária a empresa Lereby¹. Este modelo de atuação rendeu ao grupo uma participação em 8 (oito) das 10 (dez) maiores bilheterias do cinema brasileiro no período de 1995 a 2017 (BRASIL, 2018c).

A análise dos dados mostra que a presença do Grupo Globo como coprodutor parece alavancar o potencial de retorno financeiro das obras em termos de bilheteria. Entre as obras que tiveram algum tipo de coprodução com empresas do Grupo Globo, o percentual de filmes que obtiveram bilheteria maior do que os valores captados em mecanismos públicos ficou aproximadamente em 30% e 40% para as coproduções da Globo Filmes e Telecine, respectivamente, enquanto a média global é de pouco mais de 15%.

No mesmo cenário das obras consideradas autossuficientes, ou seja, com bilheterias superiores aos valores captados, das cinquenta obras que obtiveram menores receitas em bilheteria, apenas dois filmes tiveram o Grupo Globo como coprodutor.

2.3 Retorno Financeiro do FSA

Com relação aos dados coletados do FSA, no entanto, o número de obras consideradas como bem-sucedidas em termos de retorno financeiro se mostra diferente dos percentuais obtidos quando utilizado o critério “renda de bilheteria x recursos públicos captados”.

O Fundo Setorial do Audiovisual é uma modalidade de fomento direto pela qual são aportados recursos em uma obra por meio de investimento, sendo que o Fundo, gerido por uma instituição financeira, tem o direito de retenção de parte dos rendimentos econômicos auferidos pela obra por um determinado período, sem limitar a recuperação ao montante do investimento. Ainda segundo as normas do FSA, o Fundo poderá reter parte das receitas auferidas pela exploração comercial da obra em quaisquer modalidades, ou seja, não está limitada à renda de bilheteria, mas pode também abarcar valores decorrentes de licenciamentos para outras janelas de exibição e licenciamento de subprodutos.

Contudo, ainda que uma obra possa obter receita em bilheteria ou comercialização superiores ao valor investido pelo Fundo, a parcela dessa receita obrigatoriamente destinada ao FSA corresponde a determinado percentual², podendo não ocorrer a recuperação total do valor investido, mesmo na hipótese de receitas superiores ao montante obtido junto ao Fundo.

1. A Globo Filmes foi criada em 1998, e desde o início de suas atividades também atuou como produtora majoritária em diversas obras. O Grupo também detém parte da empresa Telecine, parceria entre Globosat e estúdios norte-americanos.

2. O percentual de receita a ser destinado ao FSA como forma de recuperação do investimento é variável, conforme estabelecido na Chamada Pública e em contrato. É comum que esse percentual seja maior durante o período de recuperação do valor investido, e seja reduzido após a recuperação do montante total investido pelo FSA no projeto, até o final do prazo de retorno financeiro.

Durante o período analisado, os dados obtidos no OCA indicam que 214 (duzentas e quatorze) obras cinematográficas lançadas foram objeto de investimento pelo FSA durante o período entre 2008 e 2017 (BRASIL, 2018b).

Segundo o Relatório de Gestão FSA 2017 (BRASIL, 2018d), contudo, os registros de retorno financeiro para o Fundo mostram os dados relativos a apenas 88 (oitenta e oito) obras durante o mesmo período. Há, ainda, grande dificuldade em identificar os filmes entre diferentes fontes de pesquisa, o que ocorre, sobretudo, devido ao fato de que tais obras são registradas, quando da inscrição do projeto, com títulos provisórios, e podem ser novamente computadas, quando da análise dos dados de bilheteria, com nomes diferentes.

Com o objetivo de diminuir essa discrepância, foram verificados os registros dos projetos no Sistema Ancine Digital (SAD) os respectivos números de Certificados de Produto Brasileiro (CPB) de cada uma das obras que não foram identificadas na consolidação das planilhas. Com esta informação, foi possível reduzir, mas não equalizar o conflito encontrado. Assim, após a uniformização dos projetos, foi possível analisar os percentuais de retorno financeiro de 77 (setenta e sete) obras.

É importante esclarecer que, para a análise de dados relativos ao FSA, deve ser levado em consideração que existem diversas modalidades de exploração comercial da obra, em diferentes janelas de exibição e através da comercialização de subprodutos, e o prazo de retorno financeiro pelo Fundo³.

No caso das obras lançadas até o ano de 2017, há 11 (onze) casos de recuperação pelo FSA inferior a 1%. Esse percentual é baixíssimo, especialmente se considerarmos que tais obras contrataram o investimento entre os anos de 2008 e 2013, e foram lançadas entre 2010 e 2015, tendo transcorrido um período razoável de recuperação até o momento de consolidação dos dados⁴.

A média de retorno financeiro para as obras analisadas foi de 22,20%, sendo que, entre os 51 (cinquenta e um) filmes da lista que foram realizados em coprodução, a média foi de 19,55%, mostrando que a figura de um coprodutor, por si só, não se mostrou significativa ou suficiente para interferir no retorno financeiro das obras.

Quando listadas apenas as obras coproduzidas com a Globo Filmes, no entanto, o percentual de retorno ao FSA subiu para 43%, quase o dobro do retorno médio das demais obras, e as coproduções realizadas com a Telecine, alcançaram a média de 47,65% de retorno financeiro⁵. Já com relação ao número de obras que tiveram como retorno ao FSA superior a 100% do montante investido, foram verificadas no relatório apenas 6 (seis) obras, 4 (quatro) delas com menção expressa às coprodutoras minoritárias Globo Filmes ou Telecine (BRASIL, 2018c; e BRASIL, 2018d).

3. O prazo de retorno financeiro pelo FSA é estabelecido na Chamada Pública na qual o produtor inscreve seu projeto. Para fins da presente análise, consideramos o prazo de 07 (sete) anos, contados da data de lançamento da obra, que foi o período estabelecidos nas Chamadas analisadas.

4. É de se ressaltar que tais contratos podem não ter encerrado o período de recuperação pelo FSA, podendo haver alteração desses percentuais até o término do período de 07 anos após o lançamento das obras.

5. O levantamento incluiu obras que tiveram como coprodutoras minoritárias, simultaneamente, tanto a Globo Filmes quanto a Telecine.

Os dados de retorno do investimento são preocupantes, especialmente para um fundo, que pressupõe a necessidade de retorno financeiro dos valores investido mediante a utilização de recursos públicos destinados ao desenvolvimento de uma atividade.

É evidente também a figura do coprodutor com parcela minoritária de direitos sobre a obra, em especial as empresas Globo Filmes e Telecine, com inequívoco poder comercial superior ao da produtora majoritária, o que denota, mais uma vez, que os mecanismos destinados à produção independente não são suficientes para viabilizar a autossuficiência econômica das produtoras, que ainda contam com as parcerias em coprodução como forma de alavancar as produções.

2.4 Participação no Mercado

Além desses dados relativos à bilheteria e ao retorno financeiro das obras financiadas pelo FSA, também foram objeto de análise os dados globais de bilheteria e participação do filme brasileiro no mercado nacional (FILME B, 2018c).

Os dados do levantamento demonstram que os resultados alcançados com a política estabelecida são, no máximo, a ampliação de conteúdo brasileiro nas telas de cinema (e possivelmente na programação de canais de televisão fechada), sem indicativos relevantes que demonstrem o atendimento ao aspecto desenvolvimentista.

A possível relação direta entre obras e produtoras autossuficientes e a coprodução com empresas não independentes que já detinham controle do mercado audiovisual no Brasil evidenciam que a parcela de mercado ocupada por produtoras brasileiras, durante o período analisado, possivelmente tenha correlação com as parcerias de coprodução com empresas que já possuíam autossustentabilidade financeira, e não à política desenvolvimentista adotada pela ANCINE durante o período.

Os maiores problemas enfrentados pelas produtoras independentes são a divulgação e distribuição de suas obras, etapas que não são satisfatoriamente abordadas pelos mecanismos de fomento geridos pela ANCINE. Essa deficiência na Política Nacional do Cinema abre espaço para que empresas dominantes do mercado sejam incorporadas no modelo de negócios das produtoras independentes. Tais empresas trazem, além da expertise necessária para o sucesso econômico das obras, uma série de exigências e controles para a manutenção de seus padrões de qualidade, que podem influenciar nos aspectos criativos, e ainda, conforme apontam os dados pesquisados, adotam formas de retenção dos rendimentos do produto, de forma que, ao final, a produtora independente permanece condicionada à captação de recursos públicos para realizar novos projetos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escopo do presente trabalho foi analisar a efetividade da política destinada à produção audiovisual independente brasileira, especialmente com relação aos filmes realizados através de fomento por mecanismos geridos pela ANCINE.

O cerne dessa política é o estímulo à autossuficiência econômica da produção independente, através de investimentos e patrocínios adstritos às empresas que conservem autonomia criativa e estética, garantido uma demanda obrigatória por esses conteúdos, através de cotas, e separando a cadeia de produção das cadeias de divulgação e distribuição.

No entanto, os indícios reunidos no presente trabalho sugerem que a produção independente foi absorvida por um modelo de negócios articulado por empresas não independentes e vinculadas a conglomerados de mídia, criando um dilema no qual as obras criadas mediante associação entre o produtor independente e empresas não independentes na condição de coprodutores minoritários, parecem ter sacrificado a autonomia criativa, ao passo que os produtores que mantiveram a independência do ponto de vista autoral, e que não se vincularam a esse modelo de negócios, tiveram resultados comerciais considerados insatisfatórios pelos critérios adotados na análise.

Cumprir destacar que, embora a PNC também fomenta obras audiovisuais destinadas tipicamente a outras formas de transmissão, como as obras televisivas, estas obras não fizeram parte do recorte realizado neste trabalho, uma vez que os resultados comerciais das mesmas demandariam outros métodos de aferição. Uma análise do retorno financeiro de conteúdos para televisão dependeria quase que exclusivamente da análise de contratos e dados financeiros privados, e o levantamento da participação dessas obras no mercado implicaria em um exame minucioso das grades de exibição de emissoras e respectivas audiências, o que não seria viável para a presente pesquisa.

Assim, a metodologia adotada no presente trabalho abordou dados objetivos como o número de lançamentos de filmes brasileiros em salas de exibição, dados de bilheteria dessas obras, percentuais de retorno financeiro obtido pelo FSA em seus investimentos, e o *Market share* (participação de mercado) de filmes brasileiros independentes no mercado interno, comparados ao total de lançamentos.

Apesar do esforço aplicado na obtenção de dados de mercado, e da grande quantidade de informações obtidas por meios públicos, os principais dados de retorno financeiro das obras são informações comerciais que permanecem restritas às empresas interessadas e respectivos parceiros comerciais, e não estão acessíveis, ainda que se trate de filmes produzidos com a utilização de recursos da ANCINE.

A justificativa apresentada pela Agência para a manutenção de sigilo quanto aos contratos e dados de retorno financeiro de obras financiadas com recursos públicos, foi no sentido de que a eventual divulgação de informações comerciais das produtoras independentes causaria desvantagens competitivas para essas empresas.

Diante da falta de dados completos que permitissem avaliar a autossustentabilidade desses filmes e, conseqüentemente, das produtoras independentes, as informações analisadas se mostraram insuficientes para um exame conclusivo da efetividade da Política Nacional do Cinema.

É importante registrar, ainda, que os dados de retorno financeiro dos FUNCINES não foram objeto da presente análise, o que não foi objetivado tendo em vista a natureza privada desses Fundos. Tampouco foi possível o levantamento dos resultados completos da exploração comercial de todas as obras cinematográficas em todas as possíveis janelas de exibição secundárias, e o cenário obtido pelos dados do FSA são uma pequena amostragem dentro do número total de obras cinematográficas realizadas com recursos públicos.

Igualmente, o levantamento dos valores de recursos públicos aportados na produção das obras que foram objeto do estudo também pode ter sido incompleto, se considerarmos que algumas fontes de financiamento podem não ter sido computadas nos levantamentos publicados pela ANCINE, e ainda, que muitas obras estão cadastradas sob títulos diferentes ou por produtoras diferentes, o que dificulta a consolidação de dados precisos.

Além disso, embora a metodologia aplicada na análise de dados considere como obra autossustentável aquelas que obtiveram receita de bilheteria superior ao valor de recursos públicos captados e utilizados em sua produção, ou as que retornaram ao FSA o mínimo de 100% dos recursos investidos, esse critério serve apenas como um parâmetro objetivo para recorte da análise, uma vez que não é possível estimar quanto houve de investimento privado na produção de tais obras. Se fosse levado em consideração, esse dado poderia alterar drasticamente os resultados obtidos.

Assim, a presente análise é realizada como uma estimativa, motivo pelo qual não se pode falar de forma conclusiva sobre os resultados obtidos na pesquisa realizada. O que se tem é um cenário que se aproxima da realidade do setor, considerando levantamentos obtidos por três fontes principais (ANCINE, FilmeB e FSA) que, na média, apresentam percentuais de retorno financeiro das obras muito parecidos, avaliados sob diferentes metodologias.

Nos casos analisados, foi demonstrado que a proporção de filmes independentes considerados autossuficientes financeiramente, foi praticamente o dobro quando avaliadas as obras realizadas em coprodução com empresas pertencentes ao maior conglomerado de mídia e comunicação brasileiro.

O suposto sacrifício da autonomia criativa e estética, no entanto, não pôde ser confirmado. Ainda que as coprodutoras minoritárias possam estabelecer obrigações contratuais que lhes garantam poder de controle nos aspectos criativos, esse fato não pode ser constatado devido às restrições impostas para acesso aos contratos, que foram requisitados por meio da lei de acesso a informação, mas foram negados pela ANCINE.

Outra importante consideração sobre esse aspecto é que, segundo as regras legais para a captação de recursos pelos mecanismos de fomento da PNC, não pode ocorrer qualquer forma de exercício do poder dirigente por um agente que não seja produtora brasileira independente. Assim, caso efetivamente ocorra, essa interferência poderia ser resultado muito mais de uma situação de fato do que de obrigação contratual.

Apesar da aparente correlação entre o sucesso comercial da obra e a participação de empresas coprodutoras com maior acesso aos meios de distribuição, como a Globo Filmes, Telecine e O2, não se pode afirmar, necessariamente, que só se consegue boa distribuição, trazendo o distribuidor como coprodutor que sacrifica a autonomia criativa. Foram verificados alguns filmes que tiveram sucesso comercial sem esse modelo no qual o distribuidor é direta ou indiretamente coprodutor.

Deve ser considerada também a hipótese desses coprodutores terem sido eficientes em identificar as obras com potencial de mercado para coproduzirem, ou seja, a obra já é concebida para ter maior apelo comercial, o que não excluiria uma espécie de interferência do mercado na criação.

Esses dados também sugerem que, embora o *market share* do cinema brasileiro tenha apresentado um aumento desde a criação da política cinematográfica, isso não significa que tal evolução tenha sido resultado da criação da ANCINE e de sua política. O que se visualiza é um mercado que ainda oscila, e não há qualquer evidência de que, nos momentos de alta na participação brasileira em relação ao mercado internacional, esse acréscimo se deva necessariamente aos mecanismos de fomento à produção independente.

Uma possível melhoria a ser considerada para a política, seria a aplicação de restrições e maior controle quanto à atuação de empresas não independentes na cadeia de produção e circulação de obras, de forma a garantir a autonomia do produtor independente tanto nos aspectos criativos dos filmes, como também na participação dos lucros sobre essas produções.

A redistribuição de recursos entre produção, divulgação e distribuição dos filmes em proporções que garantissem a efetiva circulação dessas obras, poderia viabilizar maior participação do filme nacional no mercado em termos de bilheteria e outras formas de exploração comercial. Essa medida poderia ser uma alternativa para a redução da discrepância hoje existente quando se verifica a pequena participação do filme nacional no *Market share* se comparado ao número de lançamentos nacionais.

Outro importante eixo para atendimento dos propósitos da PNC, os documentários e obras premiadas carecem de maior apoio. Nesse caso, é inequívoco que tais filmes não são concebidos com foco no grande público e em bilheteria, o que não exclui a necessidade de fomento do setor público a obras que apresentem valor cultural, mas não tenham tanto apelo comercial.

Para tanto, é necessário um tratamento diferenciado para que esses produtos não tenham que concorrer com obras comerciais por patrocínios e recursos públicos, seguindo os critérios mercadológicos adotados para outras obras. Também é importante que esses filmes alcancem parcelas maiores da população, o que demandaria ações de formação de público e fortalecimento das linhas de fomento diferenciadas, não limitadas aos prêmios, mas também à divulgação e distribuição desses conteúdos.

Não seria contraditório aos princípios da PNC apoiar a produção verdadeiramente independente no sentido autoral, uma vez que o acesso às fontes da cultura nacional também é um dever do Estado. Além disso, o investimento em formação de público fomentaria maior demanda pelo filme brasileiro independente.

Por fim, verifica-se que a Política Nacional do Cinema foi construída em diversas etapas, e os resultados disso são mecanismos esparsos que foram concebidos com objetivos diferentes, e que acabaram sendo absorvidos por um mercado não amadurecido e controlado por interesses privados de grandes grupos. Uma reformulação normativa condizente com o novo cenário apresentado pelo setor demandaria novos métodos de distribuição de recursos, análise constante dos resultados e melhor controle dos recursos públicos utilizados, com a consequente redução da participação privada na seleção de produtoras e obras.

Esta última medida se faz imprescindível para que a busca por um patrocinador deixe de interferir nas obras desde sua concepção, e os criadores independentes que tentam manter sua autonomia criativa não mais encontrem dificuldade em acessar recursos públicos para suas obras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Agência Nacional do Cinema**. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. Ministério da Cultura. Agência Nacional do Cinema. **Valores Totais Captados por Mecanismo de Incentivo 2006 a 2017**. Disponível em: <<https://oca.ancine.gov.br/recursos-publicos>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. Coordenação do Observatório do Cinema e do Audiovisual. Agência Nacional do Cinema. **Listagem dos Filmes Lançados em Salas de Exibição com Valores Captados através de Mecanismos de Incentivo 1995 a 2017**. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/2408_0.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Fundo Setorial do Audiovisual. Agência Nacional do Cinema. **Relatório de Gestão FSA 2017**. Disponível em: <<https://fsa.ancine.gov.br/sites/default/files/relatorios-de-gestao/Relatorio%20de%20Gestao%20FSA%202017.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

FILME B. [website], 2018. Data base Brasil 20 anos. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Referência no mercado de cinema no Brasil. Estatísticas. Data base Brasil 2017. Filmes por país de origem. Disponível em: <http://www.filmeb.com.br/database2/html/Menu_Database_Ano.php?getmenu_ano=2017>. Acesso em: 17 set. 2018.

_____. Evolução de Mercado. Disponível em: <<http://www.filmeb.com.br/>>. Acesso em: set. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA - Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) - área de concentração em Família e Sociedade - pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), atuando na linha de pesquisa Trabalho, Consumo e Cultura. É bacharel em Ciências Humanas, pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (BACH/ICH - UFJF); licenciado em Artes Visuais, pelo Centro Universitário UNINTER; e, tecnólogo em Design de Moda, pela Faculdade Estácio de Sá -Juiz de Fora/MG. Realizou cursos de especialização nas seguintes áreas: Moda, Cultura de Moda e Arte, pelo Instituto de Artes e Design da Faculdade Federal de Juiz de Fora (IAD/UFJF); Televisão, Cinema e Mídias Digitais, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACOM/UFJF); Ensino de Artes Visuais, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACED/UFJF); e, Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba (IF Rio Pomba). Tem interesse nas áreas: Moda e Design; Arte e Educação; Relações de Gênero e Sexualidade; Mídia e Estudos Culturais; Corpo, Juventude e Envelhecimento, dentre outras possibilidades de pesquisa num viés da interdisciplinaridade. E-mail: fabiano.batista@ufv.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 41, 43, 44

Arte 3, 4, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 57

Artefato 37, 38, 39, 43

B

Bens Culturais 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11

Brasil 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 26, 30, 34, 35, 36, 37, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56

Brasileiro 1, 6, 8, 11, 33, 34, 41, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56

C

Cinema 5, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57

Código 3, 6, 7, 17, 18, 19, 24, 27, 30, 31, 32, 33

Conhecimento 43, 44, 49

Conservação 1, 2, 4, 8, 9, 10, 11, 26

Cuiabá 14, 15, 17, 18, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Cultura 2, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 28, 36, 38, 40, 43, 44, 56, 57

D

Desempenho Econômico 46, 48

Divertimento 14, 15, 18, 19, 20, 22, 30, 31, 32, 33

E

Escola 9, 10, 37, 39, 40, 43, 44, 46

F

Filme Brasileiro 46, 52, 56

G

Gestão Cultural 2

H

Herança 40, 45

Histórias 28, 31, 33, 37, 38

I

Identidade 5, 31, 37, 39, 40, 41

Itália 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

L

Legislações 1, 2, 3

Lei 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 25, 26, 28, 37, 38, 41, 43, 45, 49, 54

M

Memória 5, 11, 12, 28, 31, 35, 36, 37, 38

Mercado 2, 34, 35, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56

Música 22, 39, 40, 41, 44, 45

P

Participação Social 32

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 41

Pertencimento 40, 45

Política 2, 3, 7, 11, 13, 21, 24, 34, 40, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55, 56

Políticas Públicas 2

Produção Independente 46, 47, 48, 49, 52, 53, 55

Proteção de Bens 2

R

Religiões de Matriz Africana 37

Representatividade 24, 25

S

Sistema 2, 4, 8, 11, 25, 33, 35, 46, 47, 51

Social 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 40

Sociedade 9, 11, 15, 17, 18, 22, 24, 25, 30, 33, 34, 42, 44, 57

T

Tambor 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Tempo 6, 14, 15, 16, 21, 23, 27, 28, 29, 33, 43

Trabalho 1, 2, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 26, 31, 32, 33, 37, 39, 44, 52, 53, 57

Tradição 45

V

Vínculos 39

Vivências 18, 32, 40

Gestão Cultural:

Cultura, Desenvolvimento e Mercado

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Gestão Cultural:

Cultura, Desenvolvimento e Mercado

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 